



Universidades Lusíada

Fernandes, Sara Leopoldina Alves

A política externa russa : a questão da Crimeia (2014-2016)

<http://hdl.handle.net/11067/7524>

Metadados

Data de Publicação

2023

Resumo

A intervenção da Crimeia em 2014 e a consequente anexação por parte Russa é um dos poucos exemplos de guerra entre Estados no século XXI, o que mais ressalta deste período histórico é a caixa de instrumentos usada pela Rússia nesta conquista militar que padeceu de uma declaração formal de guerra. O presente trabalho tem como objetivo analisar os precedentes da Anexação da Crimeia assim como conseguir “quebrar a caixa negra” da Análise de Política Externa e conseguir identificar o decisor políti...

The Crimean Intervention and the subsequent annexation by the Russian side is one of the few examples of war between states in the 21st century that stands out due to the tool box used by Russia in this military conquest that lacked from a formal declaration of war. The present work aims to respond and to analyze the precedents of the Crimean annexation as well as to “break the black box” of the Foreign Policy Analysis and to identify the political decision maker on this issue. With this objec...

Palavras Chave

Relações Internacionais, Teoria das relações internacionais, Política externa - Rússia, Crimeia - Intervenção russa, Crimeia - Importância geopolítica

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-07-30T07:59:44Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA (PORTO)

A POLÍTICA EXTERNA RUSSA.

A QUESTÃO DA CRIMEIA (2014-2016)

Sara Leopoldina Alves Fernandes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor Paulo Amorim

Porto

2023

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Doutor Paulo Amorim o meu obrigado por todo o apoio dado e tempo despendido.

Queria adicionalmente agradecer à embaixada Russa em Portugal, nomeadamente ao embaixador Mikhail L. KAMYNNIN, por toda ajuda prestada ao longo deste ano não só pela documentação facilitada, mas também toda a disponibilidade que apresentaram desde o início.

Por último, a todos os que estiveram ao meu lado e sempre me apoiaram ao longo deste ano, agradeço do fundo do coração já que mesmo sem saberem foram as peças-chave para a conclusão desta etapa. À minha família um muito obrigado, pela paciência, pela compreensão e por todo o apoio prestado.

ÍNDICE

Resumo	5
Abstract	6
Palavras-Chave	7
Introdução	8
Estado da Arte	10
Capítulo I - Enquadramento Teórico-Conceptual	12
1. O Realismo como ferramenta de Investigação em Relações Internacionais ...	12
2. Debates Disciplinares: Os Grandes Debates das Relações Internacionais	13
3. Teorias das Relações Internacionais	15
3.1. Realismo	15
3.2. Institucionalismo	18
3.3. Liberalismo	19
3.4. Construtivismo	19
4. A Análise de Política Externa como contributo para o estudo da Política Externa.....	21
Capítulo II – A Rússia de Putin.....	25
1. A Nova Ordem Mundial (pós Guerra Fria)	25
2. Da URSS à Federação Russa/Rússia	27
3. Organização política e administrativa	32
3.1. Partidos Políticos	35
3.2. Processo Eleitoral	37
3.3. Eleições Legislativas de 2011	38
3.4. Eleições Presidenciais de 2012.....	39
4. O multivetorialismo russo: vetores estruturantes da Política Externa.....	40
4.1. A Rússia e o Vetor euroasiático e os CEI	41
4.2. A Rússia e o Vetor Ocidental	43
4.3. A Rússia e o Vetor Oriental.....	45
5. O “Imperador” Putin	46
5.1. A Trajetória Política de Vladimir Putin	49
5.2. Os objetivos e interesses da era de Putin.....	52
5.3. Protagonistas na política Externa durante a “era Putin”	54

Capítulo III – A Crimeia	56
1. História da Crimeia	56
2. A importância geopolítica da Crimeia	57
3. Antecedentes da Guerra da Crimeia	59
4. A Guerra da Crimeia (1853 - 1855)	61
5. A anexação da Crimeia (2014)	66
6. O decisor político na anexação da Crimeia	74
Conclusão	77
Referências Bibliográficas	80
Anexos	85

Resumo

A intervenção da Crimeia em 2014 e a consequente anexação por parte Russa é um dos poucos exemplos de guerra entre Estados no século XXI, o que mais ressalta deste período histórico é a caixa de instrumentos usada pela Rússia nesta conquista militar que padeceu de uma declaração formal de guerra.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os precedentes da Anexação da Crimeia assim como conseguir “quebrar a caixa negra” da Análise de Política Externa e conseguir identificar o decisor político nesta questão.

Com este objetivo em mente e através de uma análise sob a lente Realista Neoclássica, é analisado todo o enquadramento que levou à “decisão” da anexação da Crimeia em 2014, juntamente com um enquadramento de quem viria a ser o decisor de política externa. Para isso será analisada a História da Crimeia juntamente com o contexto interno russo e objetivos de política externa russos.

Abstract

The Crimean Intervention and the subsequent annexation by the Russian side is one of the few examples of war between states in the 21st century that stands out due to the tool box used by Russia in this military conquest that lacked from a formal declaration of war.

The present work aims to respond and to analyze the precedents of the Crimean annexation as well as to “break the black box” of the Foreign Policy Analysis and to identify the political decision maker on this issue.

With this objective in mind and through an analysis under the Neoclassical Realist lens, the entire framework that led to the “will” of the Crimean Annexation in 2014 is analyzed, along with a framework of who would become the foreign policy decision maker. For this, the history of Crimea will be analyzed together with the Russian internal context and Russian foreign policy objectives.

Palavras-Chave

Crimeia, Rússia, Política Externa, Análise de Política externa, Intervenção russa

Introdução

Esta dissertação, subordinada ao tema *A Política Externa Russa. A Questão da Crimeia (2014-2016)* constitui a conclusão de uma investigação realizada sobre um dos conflitos mais importantes da História recente: a Anexação da Crimeia e de Sebastopol por parte da Rússia, em 18 de março de 2014. Definida a problemática, elegemos como problema principal a análise das condicionantes da decisão na Política Externa russa, ou seja, procuramos “partir a caixa negra”, tentando caracterizar a Agência russa (motivações, influências e processo de decisão do decisor) articulando com a Estrutura (nacional e internacional). Assim, utilizando as ferramentas de análise da Análise de Política Externa (APE), tentamos responder às perguntas “Quem decidiu?” “Como foi decidido?”. Por último, tentamos analisar este conflito, dado revestir-se de características originais, tendo em comparação as guerras tradicionais.

A anexação da Crimeia e todo o enquadramento ao redor desta questão têm gerado vários estudos e debates sobre a nova posição internacional assumida pela Rússia, sobretudo após a liderança de Putin. Contudo, com esta investigação procuramos preencher uma lacuna no Estado da Arte desta questão, pobre em estudos sobre as características do processo de decisão da Rússia.

Desta forma, partiremos de uma questão: “*Quem foi o decisor político quando da anexação da Crimeia?*” e de maneira a conseguir responder a esta questão teremos de partir a “caixa negra” e para isso será necessário responder a algumas questões prévias:

- Quais as principais teorias e ferramentas de análise que podemos usar como “lente” na investigação desta questão?
- Quais as principais características da Agência (decisor/Putin) e da Estrutura (contexto interno) russas nas vésperas da anexação da Ucrânia?
- Quais as principais características (jurídicas, militares e políticas) que revestem a anexação da Ucrânia?

Seguindo a ordem lógica das questões prévias, que serviram de fio condutor à nossa investigação, sistematizamos o nosso trabalho em três grandes partes, além da Introdução e da Conclusão.

A primeira parte constitui o “enquadramento teórico-conceptual” onde serão analisadas questões como a “lente” teórica escolhida para análise e a sua importância em relação ao tema e, ainda, as principais premissas aplicadas pela APE.

A segunda parte, intitulada “A Rússia de Putin”, é dedicada ao impacto da ascensão política de Putin na condução da política externa russa, nomeadamente na Anexação da Crimeia em 2014.

Por último, a terceira parte, que constitui o nosso Estudo de Caso, subordinada ao tema “A Anexação da Crimeia” irá avaliar a importância deste território para a Rússia – nomeadamente a sua relevância histórica – descrevendo ainda o processo de anexação da Crimeia.

Após toda a abordagem e análise acima mencionada deveremos conseguir responder à pergunta de partida e efetivamente analisar e nomear quem é o decisor político e quais as motivações do mesmo.

Estado da Arte

Ainda que a Política Externa seja uma temática transversal a várias áreas de estudo, esta é amplamente estudada e trabalhada nas Relações Internacionais sendo que em Portugal devemos mencionar os trabalhos desenvolvidos por Pedro Mendes¹, que seguimos de perto neste trabalho, uma vez que os seus estudos foram desenvolvidos com o método e as técnicas da APE. Na definição do modelo de análise são autores incontornáveis James Rosenau, Snyder e Allison. Devemos também mencionar o livro de Henry Kissinger – antigo Conselheiro de Segurança Nacional e Secretário de Estado dos EUA – *A ordem Mundial. Reflexões sobre o carácter das nações e o curso da História*, bem como os trabalhos de John Mearsheimer, enquanto mentor da nova Teoria Realista, o Realismo Neoclássico.

Especificamente sobre Política Externa Russa, destacamos os trabalhos de Raquel Freire² conseguiu relacionar estas áreas com a política externa russa já que as suas obras são incontestáveis na área e a nível internacional podemos ainda referir Andrei Zakharov pelo trabalho desenvolvido sobre o sistema político russo. Além destes autores devemos ainda enumerar outros como Michael McFaul³, Nikolay Petrov⁴, James Richter⁵, Harley Balzer⁶, Daniel Treisman⁷, Andrei Tsygankov⁸ e Richard Sakwa⁹.

A nível português, ainda que ligado à área jornalística, é de extrema importância mencionar ainda o trabalho de José Milhazes no que toca a cobertura de política externa russa. A nível internacional destacamos as obras de Valerie Sperling já que esta tem inúmeros trabalhos desenvolvidos sobre Putin – a sua personalidade e a sua influência

¹ “R(r)elações I(i)nternacionais, Realismo e Análise da Política Externa (APE): contextualizando a invenção da APE”; “As teorias principais das Relações Internacionais Uma avaliação do progresso da disciplina”; “Como compreender e estudar a decisão em política externa: reinterpretando os clássicos”.

² “A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa”; “Política externa russa: as dimensões material e ideacional nas palavras e nas ações”.

³ “Russia's unfinished revolution”; “Revolution in orange: the origins of Ukraine's democratic breakthrough”.

⁴ “Three dilemmas of hybrid regime governance: Russia from Putin to Putin”; “Dynamics of Russian politics: Putin's reform of federal-regional relations”;

⁵ “Putin and the public chamber”; “Russian foreign policy and the politics of national identity”.

⁶ “The Putin thesis and Russian energy policy”; “Managed pluralism: Vladimir Putin's emerging regime”.

⁷ “Without a map: Political tactics and economic reform in Russia”; “A normal country: Russia after communism”.

⁸ “Russia's foreign policy: change and continuity in national identity”; “Vladimir Putin's last stand: the sources of Russia's Ukraine policy”; “Vladimir Putin's vision of Russia as a normal great power”.

⁹ “Putin: Russia's choice”; “Frontline Ukraine: Crisis in the borderlands”; “Russian politics and society”.

refletindo uma visão mais moderna do que estamos acostumados com outros autores, de ressaltar: “Putin's macho personality cult” e ainda de Scott Gehlbach¹⁰.

Por fim, é imperativo mencionar alguns trabalhos acadêmicos como a tese de Doutorado defendida por Roxana Gabriela Andrei (2021) *(Re)sources for conflict and cooperation in the Caspian - Black Sea region: The impact of energy dynamics* assim como a tese de mestrado de Oxana Shpuy *O sistema político russo: da transição a uma democracia dirigida?*) que ainda que não incidisse diretamente na Política Externa ou na Análise de Política Externa russa confere conhecimentos importantes para analisar as temáticas presentes neste trabalho. Devemos por último, mencionar a tese de mestrado de Héric Sequeira Ramos Manuel *A Reformulação da Política Externa Russa durante a Presidência Putin-Medvedev* onde também são analisados pontos extremamente importante para a compreensão da política externa russa assim como abre precedentes para uma análise do que viria a ser o decisor político na Rússia.

¹⁰ “Is Putin’s popularity real?”; “Reflections on Putin and the Media”.

Capítulo I - Enquadramento Teórico-Conceptual

1. O Realismo como ferramenta de Investigação em Relações Internacionais

As relações internacionais são uma disciplina bastante recente tendo ganho o estatuto de disciplina científica independente no início do século XX. Ainda que no ano de 1859 fosse criado o Chichele Chair of International Law and Diplomacy em Oxford onde já eram analisados e considerados fenómenos de cariz internacional e, em 1904 fosse fundado a Associação Americana de Ciência Política, o primeiro departamento e cátedra de Relações internacionais surgiu apenas em 1919 na Universidade de Gales. É assim visível a importância que a disciplina desenvolveu desde cedo no Reino Unido e nos Estados Unidos, contudo, foi nos Estados Unidos onde mais se desenvolveu nos anos iniciais a disciplina de Relações internacionais (Relações Internacionais).

O facto do estudo das relações internacionais surgir num espaço temporal de pós-guerra, fez com que os Estados Unidos (EUA) dessem ênfase ao estudo e investigação no campo dos estudos políticos e do Governo de maneira a produzir conhecimento e respostas à sua Política Externa tornando assim as Relações Internacionais como campo de estudo central.

Na base do anteriormente mencionado é importante referir que a disciplina ao ter sido uma peça chave para a Política Externa (PE) dos EUA conduziu a que as Relações Internacionais não só atingissem a “maioridade” como também conduziu a uma construção da identidade da disciplina sendo assim possível mencionar os grandes debates dentro das Relações Internacionais no decorrer dos anos.

Importa ainda referir que a disciplina também foi estudada e existem ainda importantes centros académicos que se focaram nas Relações Internacionais, contudo, ao contrário do que acontecia nos EUA, na Europa a disciplina das Relações Internacionais surgia por intermédio de outras disciplinas nomeadamente a História ou a Sociologia. No entanto, é imperativo ressaltar a Escola Nórdica (com origem a meados da década de cinquenta) tendo sido esta a única escola com identidade reconhecida internacionalmente pelo centro anglo-americano da disciplina.

Com o final da Guerra Fria e a reunificação, na Europa, a Alemanha passou a ser um ponto importante e apelativo no estudo das Relações Internacionais; aqui, ressalta o contributo na redescoberta continental da disciplina assim como da reinvenção construtivista da disciplina.

2. Debates Disciplinares: Os Grandes Debates das Relações Internacionais

O estudo das Relações Internacionais está marcado por períodos de tempos caracterizados pelos “Grandes Debates”, onde é possível verificar e analisar as diferentes posições académicas aquando dos momentos históricos do mundo. Nas Relações Internacionais podem ser destacados quatro grandes debates:

- Primeiro Grande Debate: Idealismo *versus* Realismo
- Segundo Grande Debate: Behavioristas *versus* Tradicionalistas
- Terceiro Grande Debate: Neorealistas *versus* Neoliberais
- Quarto Grande Debate: Teorias Positivistas *versus* Teorias Pós-Positivistas

Recordemos que o objetivo destes debates é sempre mostrar diferentes posições de maneira a explicar e justificar da forma mais eficiente os comportamentos nas relações internacionais, visto que qualquer teoria nas Relações Internacionais tem as suas bases filosóficas e ideológicas. É de referir ainda neste ponto e caracterizar o que é uma lente no estudo das Relações Internacionais já que uma lente será a forma como se irá analisar e avaliar uma determinada questão. Assim, de uma forma metafórica, considerando cada teoria/visão das Relações Internacionais iremos utilizar um par de óculos distinto que nos irá permitir dar predominância a questões estratégicas para avaliar e dar resposta a um problema/question; por exemplo, se escolhermos os óculos A iremos analisar a questão com ênfase no ponto X e Y, no entanto se para o mesmo problema já escolhermos os óculos B iremos analisar e responder através dos pontos T e R.

Resumindo a questão dos debates, o primeiro grande debate das Relações Internacionais num espaço histórico ocorreu no pós Primeira Guerra Mundial, onde a

disciplina era dominada pelo convencionalmente denominado institucionalismo liberal (nos anos de 1919 a 1930) visto que esta abordagem tinha como objetivo responder aos deias que derivaram da eclosão da primeira guerra mundial e com o principal desejo de que tal acontecimento não se repetisse. Assim, podemos resumir esta visão como uma contribuição para a prevenção da guerra e o estabelecimento e manutenção da paz e nas palavras de Scott Burchill «as perspectivas para a eliminação da guerra estava com uma preferência entre a democracia sobre a aristocracia, do comércio livre sobre a autarquia, e da segurança coletiva sobre o balanço de sistema de poder».

Esta visão considera ainda questões como a “paz perpétua” bastante desenvolvida por Immanuel Kant no século XVIII onde uma “federação pacífica” teria de ser criado de forma a garantir os direitos e os deveres das partes contratantes focando em questões republicanas, institucionais, comerciais e culturais. Este pensamento entrou em prática em 1914 na ordem “Wilsoniana” e com os dois pilares do institucionalismo liberal a democracia e o livre comércio exigindo ainda a criação de instituições internacionais.

Contudo, as premissas acima mencionadas inevitavelmente acabaram por ser a causa da segunda guerra mundial visto que os ataques à utopia do idealismo conduziram a afronta o que conseqüentemente conduziu as relações internacionais a uma agenda centrada no poder e no autointeresse. Assim, baseando na ideia de Carr, passamos de uma “o que deveria ser” com o idealismo a “o que realmente é” com a ideia de realismo. Tendo com o fim da segunda guerra mundial o realismo sido reinventado e consolidado. Assim, o primeiro grande debate ficou marcado por uma discussão sobre o método científico.

No que toca ao segundo grande debate, este foi entre os behavioristas e os tradicionalistas, ou seja, um debate entre os investigadores que desejam aperfeiçoar os métodos científicos de pesquisa na teoria das Relações Internacionais e os que preferem manter uma visão mais histórica/interpretativa.

O terceiro debate, o debate inter-paradigmático ou de Neorealistas *versus* neoliberais que ocorreu nos anos de 1970 e foi marcado pelo retorno às questões substantivas das Relações Internacionais ainda que aliadas ao contexto do período histórico vivido (crise do petróleo e hegemonia norte-americana, desvalorização do dólar). No entanto, e tal como o nome indica, esta extensão de uma nova (Neo) visão das ideias do primeiro debate, este debate foca nas questões ideológicas e de ressaltar que a

crítica recorrente entre as escolas era baseada em que os pressupostos do paradigma contrário assentavam em premissas falsas.

O último grande debate surgiu em 1980, no entanto este diferencia-se dos anteriores por não apresentar um choque entre duas perspectivas distintas. Este debate foi caracterizado por uma bifurcação, ou seja, de um lado mantínhamos a discussão neorrealista e neoliberal e do outro surgia um debate metodológico entre racionalistas e “relativistas”. O último baseou-se essencialmente numa discussão meta-teórica sendo que os racionalistas consideravam os comportamentos dos atores das Relações Internacionais e justificavam as mesmas com argumentos das posições neorrealistas e neoliberais enquanto os relativistas defendiam a interpretação histórica e textual já que estes consideram as Relações Internacionais socialmente construídas.

3. Teorias das Relações Internacionais

Quando falamos nas teorias das Relações Internacionais podemos subdividi-las entre teorias mais racionalistas que tentam oferecer explicações sobre as Relações Internacionais e teorias mais reflexivas que tentam demonstrar relações constitutivas da realidade das Relações Internacionais.

3.1. Realismo

Dentro da corrente do Realismo devemos mencionar a subdivisão da teoria principal em três: o Realismo Clássico, o Neorrealismo e o Realismo Neoclássico.

O Realismo Clássico defende que a política internacional, como todas as políticas, é a luta pelo poder e esta mesma teoria prevê que os Estados irão apresentar um comportamento egoísta comportamento de segurança-máxima no contexto internacional juntamente com continua busca de poder militar para garantir a segurança do Estado:

“Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. [...]. Contudo, sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder.” (MORGENTHAU, 2003: p.49). De uma maneira mais simples o realismo clássico prevê o Estado como um ator do sistema internacional já que este representa um conjunto e é racional sendo que este procura sempre maximizar os ganhos e minimizar as perdas que possam advertir. Aqui importa mencionar que as questões internas de um Estado não são relevantes no plano internacional já que se considera que ações tomadas no âmbito internacional. A segunda premissa a analisar nesta lente seria o papel da anarquia do sistema já que não existe uma autoridade suprema que se possa sobrepor aos Estados assumindo assim a existência de diversos atores soberanos responsáveis por garantir os seus próprios interesses e levar a cabo os mesmos “na anarquia não há harmonia automática [...] entre Estados autônomos, a guerra é inevitável” (WALTZ, 2004:p.230). A terceira premissa, que advém da questão da anarquia do sistema foca a questão de sobrevivência de um Estado sendo que as ações de um Estado vão ser tomadas com o intuito de sobrevivência focando assim numa nova premissa desta lente: o egoísmo do Estado. O egoísmo do Estado pode levar a uma questão de “self-help” já que o Estado irá agir de maneira auto-interessada de maneira a atingir os seus objetivos e garantir a sobrevivência consequência da anarquia do sistema.¹¹

No caso da lente do Neorrealismo, prevê que os atores muitas vezes se encontram em situações de crise, nas quais devem decidir qual a melhor forma de demonstrar seu poder. Esta lente por sua vez, dá enorme predominância à questão da Anarquia já que considera que a paranoia dos Estados resulta em constantes mudanças de poder no sistema internacional; Dilema de Segurança (John Herz). De uma maneira simplificada, a teoria do dilema de segurança afirma que os Estados são os próprios responsáveis pela própria segurança e num sistema anárquico, como é o sistema internacional, na existência de receio de ataque eminente os Estados procuram o poder bélico. Contudo, em consequência, esta ação faz com que os outros Estados se sintam inseguros e procurem eles mesmos o poder bélico de forma a dar resposta a um possível ataque fazendo com

¹¹ “Realismo Clássico *versus* Realismo Estrutural: natureza humana ou estrutura do sistema?”, Geraldine Rosas Duarte, Uni-BH, Belo Horizonte.

que o sistema entre no ciclo vicioso onde em vez de procurar a segurança a insegurança no sistema aumenta.

O Realismo Neoclássico por sua vez, surgiu num contexto pós-Guerra Fria de maneira a ultrapassar a visão excessivamente estrutural do realismo de Waltz. De uma maneira simplista, a Realismo Neoclássico é uma junção do Neorealismo e do realismo clássico onde se destaca ainda a relevância dos fatores internos como elementos explicativos. O realismo Neoclássico assume uma visão de determinantes a nível individual (individual-level) na política externa e na tomada de decisão na política externa de forma a afastar-se das presunções de as decisões tomadas “domesticamente” deveriam ser deixadas para trás na análise da decisão em política externa (Sterling-Folker, 1997). Desta forma, os novos teóricos procuravam responder a questões que autores e teóricos clássicos não conseguiam nomeadamente o porque dos Estados apresentarem condutas diferentes no panorama internacional e o porque de Estados com política interna semelhante reagiam de forma tão distinta no sistema internacional em termos de tomada de decisão na política externa. Os realistas neoclássicos não procuram uma teoria geral (“one size fits all”) de política internacional, mas sim considerar e explicar a política externa dos Estados através da análise do poder característica do realismo clássico assim como atribuir e explicar as influências das forças sistémicas como a anarquia e o relacionamento entre os Estados e estruturas do sistema internacional assim como a questão de distribuição de poder encontrada no Neorealismo. De acordo com Rose (1998) os realistas neoclássicos enxergam a política externa como o resultado da estrutura internacional, das influências domésticas e as relações complexas entre ambos. Assim, e de acordo com Schweller (2004), os interesses únicos e motivações de um Estado são variáveis intervenientes como por exemplo a motivação de alcance e aquisição de poder, prestígio e honra rejeitando assim a pressuposição de que o único objetivo do Estado seria a sua segurança. Assim, prevê-se que os Estados iriam e irão utilizar o seu poder no sistema internacional de forma a alcançar os seus objetivos e preferências (Rose, 1998).

Além do já mencionado, esta teoria considera que “os Estados usam as ferramentas à sua disposição de forma a ganhar controlo no ambiente envolvente” (Rose, 1998, p.157) focando assim na “grande estratégia” de um Estado e não só a nível militar e utilizando os meios e os fins políticos, económicos e ideológicos de todos os aspetos que são circundantes ao poder disponibilizados a um estadista de forma a levar a cabo os interesses a longo termo de um Estado (Kitchen, 2010).

Adicionalmente, esta lente dá uma elevada importância à questão histórica evidenciada por Rose em 1998 de forma a compreender o comportamento dos Estados e o porquê dos seus objetivos.

Em suma, o realismo neoclássico na sua análise considera não só os elementos e fatores internacionais como considera ainda as circunstâncias internas no momento da tomada de decisão e da sua justificação.

3.2. Institucionalismo

O Institucionalismo partilha várias premissões teóricas racionais do realismo ainda que esta visão tenha desenvolvido o seu percurso em concorrência com o realismo (primeiro grande debate das Relações Internacionais), no entanto, as conclusões às quais os institucionalistas chegaram são bastante distintas.

Assim, para os institucionalistas, ainda que exista anarquia e competição egoísta entre atores há a possibilidade de cooperação entre eles. No seu ponto de vista, os atores irão agir de forma racional o que resultará na cooperação entre atores já que esta estratégia seria a mais eficiente a nível de defesa dos interesses dos Estados e ainda de forma aos Estados maximizarem os seus interesses.

Nesta visão é ainda argumentado que é possível ultrapassar os obstáculos da anarquia criando a nível de cooperação através das instituições¹², instituições estas que são ainda consideradas um ator decisivo nas Relações Internacionais.

Assim, o institucionalismo tem como foco a explicação das razões de cooperação entre Estados assim como das razões que levam as instituições a conseguirem desenvolver capacidades próprias que as permitam então forçar os Estados a agir de determinada forma.

¹² Remeta-se aqui instituições definidas por um conjunto de regras, normas, práticas e procedimentos decisórios que influenciam e formatam as expectativas dos atores envolvidos.

3.3. Liberalismo

A lente do liberalismo com uma visão de Anarquia internacional foca num jogo de soma positiva ou negativa ¹³ assim como se baseia na constituição de uma zona de paz liberal, ou seja, esta teoria da paz democrática assume que as democracias não fazem a guerra entre si mas que as guerras são com atores iliberais motivadas pela manutenção da zona de paz ou pela expansão do modelo liberal. Nesta teoria o mercado internacional é visto como um motor da paz dando preferência ao livre comércio já que este dá resposta aos interesses capitalistas. Dentro desta lente importa mencionar que de acordo com uma visão Kantiana o governo é representativo, existe um compromisso com o respeito liberal assim como existe uma interdependência entre os agentes.

3.4. Construtivismo

A lente do Construtivismo assume que o sistema internacional se encontra em constante evolução e alteração. O Construtivismo é uma teoria analítica com ontologia social com entendimentos alternativos no que toca a anarquia internacional já que esta teoria refere que a anarquia é aquilo que os Estados fazem dela (A. Wendt) isto porque a anarquia não é uma condição imutável, nem determina comportamentos de acordo com esta lente. Foca ainda o equilíbrio de poderes no sistema internacional assim como a relação de identidade-interesses do Estado. Esta teoria baseia-se ainda na solidariedade e na segurança coletiva assim como a resolução pacífica de conflitos.

¹³ A ideia de jogo considera desde logo a existência de mais de um interveniente e uma tentativa de cada uma das partes de alcançar o resultado mais favorável. Assim, com as regras base de um jogo: os jogadores, a lista de estratégias e os resultados com a combinação destas estratégias advêm um resultado podendo este ser positivo ou negativo. Ao falar de jogo com soma positiva significa que os todos os intervenientes do jogo tiraram proveito e benefício, contudo, num jogo de soma negativa assume que todas as partes envolvidas perdem. “*Theory of Games and Economic Behavior*” – John von Neumann e Oskar Morgenstern.

De uma maneira mais sucinta, os elementos centrais do construtivismo são a construção social da realidade, a coexistência de estruturas materiais e ideacionais, a relação identidade-interesse-ação e a constituição mútua de agentes e estruturas. Ao falar de estruturas materiais e ideacionais estaríamos a dar enfoque as normas e regras formais assim como a práticas reiteradas e a socialização, a relação de identidade-interesse-ação defende uma permanente reconstituição e influência do contexto o sistema internacional e o último ponto relativo aos agentes, às estruturas e às práticas foca essencialmente na questão de que a mudança num elemento iria conduzir à transformação dos restantes e considera o maior enfoque no agente.

Assim, ao analisar a amplitude das várias lentes das relações internacionais podemos concluir que a teoria do realismo neoclássico é a mais indicada para analisar a intervenção dos Estados no sistema internacional assim como todos os métodos utilizados pelo representante de Estado a nível diplomático.

Começando por realçar a incapacidade de outras lentes de analisar com rigor a nova “caixa de ferramentas” ao dispor dos Estados, é muito importante ressaltar a capacidade do neorealismo conseguir responder a questões que outras lentes não conseguem; sendo que esta lente olha para a política externa como o resultado da estrutura internacional, a estrutura doméstica e a relação entre as duas (Rose 1998)- o que demonstra ainda a importância do decisor político assim como as suas ações e decisões no que toca as relações internacionais. Assim, é rejeitada a ideia que o único interesse do Estado é a segurança, elevando assim as áreas de interesse para questões de interesse e motivações do Estado (Schweller 2004) dando ainda ênfase aos novos métodos diplomáticos utilizados, mas também as ferramentas que atualmente os Estados dispõem.

De acordo com a necessidade de justificar as ferramentas utilizadas pelos Estados e de maneira a responder a este problema corretamente é imperativo focar na questão do poder o que por consequente nos limitaria a uma vertente geral da lente do realismo. Contudo, como foi possível observar o realismo clássico não é suficiente já que não abrange a possibilidade de outros fatores e de outras ferramentas além do poder militar; o neorealismo defende que o agente iria agir conforme a ameaça contudo não é abrangente o suficiente para avaliar e incorporar questões como as estratégias económicas, o uso das normas e os valores como fator preponderante da política externa de um Estado não obstante ainda que esta lente dá mais predominância à estrutura externa sendo que se

considera a estrutura internacional e os seus princípios ordenadores que influenciam a ação dos agentes colocando em segundo pano o plano doméstico.

Assim, o realismo neoclássico embora siga as mesmas ideologias base do realismo esta vertente do realismo considera a estrutura doméstica de maneira a identificar fatores de distorção que levem a determinadas respostas por parte dos Estados sob às pressões por parte da estrutura internacional.

4. A Análise de Política Externa como contributo para o estudo da Política Externa

Tal como o próprio nome indica, a política externa (PE) é a parte da atividade de um Estado para “fora” e pode ser definida como a atividade na qual os Estados agem reagem e interagem de acordo com os seus interesses: “Foreign policy is ‘more important’ than other policy areas because it concerns national interests, rather than special interests, and more fundamental values” (COHEN, 1968, p. 530)

Ainda que não exista uma definição geral de Política externa podemos citar alguns autores de forma a compreender e tentar encontrar uma definição para esta área de estudos como por exemplo Rosenau que assumia que a política externa seria um “esforço de uma sociedade nacional para controlar o seu ambiente externo pela preservação das situações favoráveis e a modificação das situações desfavoráveis” (ROSENAU, 1968: 50). Adicionalmente, devemos ainda mencionar a terminologia utilizada por Freire e Vinhas que assumem que a Política externa é “conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações” (FREIRE; VINHAS, 2011: 13). Por último, importa mencionar a perspetiva de Sousa e Mendes onde é referido que a Política externa por sua vez seria a “atividade pela qual os Estados agem, reagem e interagem. Conjunto de iniciativas que emanam do Estado e mobilizam para o seu serviço o máximo de fatores disponíveis, tanto no ambiente interno como no ambiente externo. A política externa é uma atividade de fronteira cruzando dois ambientes – o interno e o externo. A ação dos decisores políticos situa-se, por isso, na

junção destes dois meios, devendo, por isso, gerir os interesses e oportunidades de ambos” (SOUSA, MENDES, 2014: 189-190).

Assim, a Política Externa pode ser caracterizada pelas iniciativas que emanam do Estado no qual são mobilizadas não só fatores do ambiente interno como também do ambiente externo do Estado. Ao ser uma atividade de fronteira cruzada significa que a ação dos decisores ou decisor político vai ser tomada levando em consideração os dois ambientes de maneira a sempre gerir os interesses e as oportunidades, e como refere P. Mendes: “A PE de um Estado é um constante reflexo da sua capacidade de adaptação ao ambiente onde se insere.”. O mesmo autor refere ainda que “a segunda ideia chave é que a PE por definição se dirige ao exterior, tem uma origem interna que se torna essencial analisar”.

Segundo o modelo de análise tradicional, a Política Externa assume dois pressupostos: a de que as atitudes do Estado no Sistema Internacional são unânimes e de que existe uma dicotomia entre a política externa e a política interna. Neste modelo é ainda considerado o objetivo de manter a autonomia e integridade do Estado face à possibilidade de agressão exterior sendo que a ação do Estado é determinada pelos fatores externos sendo que estes por sua vez são determinantes no comportamento dos Estados.

Este modelo assume que a Política Externa é formulada de uma forma homogénea e unitária com elementos de poder e com base no interesse nacional.

Em suma, independentemente do momento histórico, a Política Externa é o conjunto de objetivos políticos de um Estado para com o exterior quer sejam eles outros Estados ou instituições e a forma como estes relacionamentos devem ser levados e interpelados. A política externa é assim planeada pelo Estado de forma a proteger e levar a cabo os seus interesses tendo sempre em conta a sua segurança, prosperidade, valores e economia.

Passando a avaliar de forma mais detalhada o modelo de Análise de Política Externa (APE) é desde logo importante diferenciar 3 etapas neste modelo já que o modelo de análise na Política Externa ainda que as duas primeiras tenham primazia:

1. Quem?
2. Como? (Processo de Decisão)
3. O quê? (Qual foi a Decisão)

Assim, a análise de Política Externa está adjacente a duas perguntas fundamentais: “como agem os Estados?” e “como é que podemos explicar todo o processo da sua Política Externa?”.

Foi a partir da década de cinquenta que a disciplina das Relações Internacionais se afirmou no plano científico. De um lado tínhamos o estudo da política internacional e do outro, o estudo da política externa (APE). Devido ao ênfase dado nos processos de decisão e nos fatores internos a APE opôs-se assim as visões estruturalistas e neo-objetivistas dominantes do Realismo e tentou aplicar metodologias científicas ao estudo da política.

Morgenthau, ligado a uma visão realista, e com uma ideologia de *power persuing*, afirmava que os Estados decidem e formulam a Política Externa de acordo com o objetivo de maximizar os interesses nacionais e que este era levado a cabo pelos decisores e diplomatas que se guiavam pela razão de Estado. A APE não negava estes factos, contudo, demonstra que toda este processo é subjetivo e contextual já que, citando Mendes: “os interesses nacionais são definidos subjetivamente pelas ideias dos atores e pelos seus contextos históricos e políticos.”. Assim, considera-se que as decisões de decisor ou decisores políticos estão intrinsecamente ligados à perceção que estes têm. Esta perceção é o resultado/mistura de inúmeros fatores como a pressão dos contextos políticos, internos e externos assim como da influência de processos organizacionais e institucionais.

Podemos identificar vários autores pioneiros da APE como Richard Snyder, Henry W. Burck e Burton Sapin.

Segundo o modelo decisional de Snyder existem pressupostos no que toca a Política Externa. O primeiro pressuposto considera que as decisões tomadas em política externa são feitas por um decisor conhecido e refere ainda que são atividades que requerem explicação. Ainda neste ponto o modelo enaltece a importância da perceção do decisor político relativamente à situação em questão e concede ênfase às origens domésticas da Política Externa. Por último, este modelo defende que a forma e o próprio processo de tomada de decisão pode ser fonte de tomada de decisão.

Assim, segundo este modelo a Política Externa é igual à soma de três variáveis chave sendo elas os fatores internos, os fatores externos e o próprio processo de tomada de decisão.

Dentro deste paradigma é ainda imperativo mencionar a teoria desenvolvida por Rosenau denominada de Linkage Theory¹⁴. Esta teoria à semelhança do já mencionado avalia e refere o processo de *linkage* entre o sistema interno e externo (nacional e internacional).

Assim, uma crescente modernização social associada com os níveis de interdependência do Sistema Internacional (SI) vai conduzir inevitavelmente a mudanças no Estado o que conseqüentemente irá resultar numa alteração de Política Externa. Neste ponto, é importante distinguir *High Politics* de *Low Politics*. As *High Politics* focam a segurança do Estado sendo ainda considerado os interesses vitais do Estado (paz, segurança e bem-estar) enquanto as *Low Politics* conferem primazia às questões de rotina entre o relacionamento entre os Estados usualmente ligado à diplomacia. A nível prático, as *High Politics* deixam de ter um papel tão relevante já que o praticado é na sua grande maioria as *Low Politics*.

Por último, é de extrema importância mencionar o papel e o trabalho de Boulding¹⁵ já que este tentou estabelecer uma relação entre as “imagens nacionais” e os sistemas internacionais assim como perceber a verdadeira importância das “imagens nacionais” no processo de tomada de decisão por parte do decisor político e em que pontos é que este poderia ser influenciado e como: “the total cognitive, effective, and evaluative structure of the behaviour unit, or its internal view of itself and its universe” (BOULDING, 1969, p. 423). Contudo, é claro que as imagens nacionais iriam depender de decisor político para decisor político já que a imagem depende do decisor, ou seja, a imagem é a forma como é visto o mundo é esta forma pode ser adequada, inadequada, progressista ou conservadora tudo dependendo da percepção que o decisor tem da realidade.

Em suma, como o comportamento dos decisores políticos é a chave para a APE é essencial avaliar e analisar como nascem e se transformam as imagens já que serão estas as imagens que irão influenciar a decisão final.

¹⁴ *Linkage Politics: Essays on the Convergence of National and International Systems*. Edited by James N. Rosenau. (New York: The Free Press, 1969.)

¹⁵ BOULDING, Kenneth. *The Image*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1956.

Capítulo II – A Rússia de Putin

1. A Nova Ordem Mundial (pós-Guerra Fria)

A Ordem Internacional é o culminar da estrutura material e ideacional juntamente com os agentes e os processos num determinado espaço de tempo e espaço e que efetivamente acabam por constituir e definir as Relações Internacionais (RI).

Dito isto, iremos analisar o conceito de Ordem Internacional segundo a perspetiva realista¹⁶. O Realismo assume que a Ordem Internacional é resultado e o produto de uma balança do poder e de ajustes entre as unidades do sistema, que neste caso são os Estados. É imperativo mencionar que este processo se desenrola no que é considerado um sistema anárquico e nesta perspetiva ainda é levando em conta o objetivo de ausência de guerra.

Ainda com base na teoria das relações internacionais podemos mencionar a perspetiva empírica ou hierárquica dentro da Ordem Internacional que na sua génese elabora a distribuição do poder num determinado período de espaço e de tempo levando ao resultado de uma Ordem Internacional que equaciona e reflete a hierarquia de poder das diferentes potências do sistema internacional (SI).

Durante a História podemos identificar três períodos históricos caracterizados por diferentes ordens de poder, neste caso diferentes ordens mundiais: a ordem na pós-Primeira Guerra Mundial, a pós-Segunda guerra mundial e de uma ordem mundial durante a guerra fria.

O período entre o final da segunda guerra mundial em 1945 e a queda do muro de Berlim em 1989 foi um período qualificado por Raymon Aron como de “guerra improvável, paz impossível”, ou seja, com o rescaldo do que teria anteriormente acontecido durante a segunda guerra mundial e todas as consequências oriundas da mesma não era benéfico para nenhuma das superpotências envolvidas entrar em guerra no entanto foi um período caracterizado por dois Estados em busca do poder máximo à procura de um mundo unipolar com uma única superpotência. Importa neste ponto fazer

¹⁶ É importante mencionar que a Ordem Internacional é vista como ponto fulcral para o Realismo mas também para a Escola Inglesa ainda que ambas as vertentes utilizem este conceito de maneira distinta.

a distinção entre paz negativa e paz positiva já que de acordo com Galtung esta época na História foi caracterizada por uma paz negativa visto que não existiu violência organizada entre grupos humanos como nações. Adicionalmente, Aron designou o período da guerra fria como paz belicosa já que este período foi caracterizado por uma “paz de terror” entre duas superpotências com dupla heterogeneidade histórica e ideológica dos dois blocos por elas liderados resultando na busca por poder noutros setores como o desenvolvimento de armamento e a corrida ao espaço. No entanto de uma forma mais resumida este período de “paz belicosa” inclui três vertentes interrelacionados: a dissuasão, a propaganda e a subvenção.

Ainda que esta guerra nunca tenha chegado a um conflito bélico entre os Estados Unidos e a URSS, existiram inúmeras crises e conflitos como o bloqueio de Berlim (1948 a 1949), a guerra da Coreia (1950 a 1953), a crise do Suez de 1956, a construção do Muro de Berlim em 1961 a crise de Cuba um ano mais tarde em 1962, a guerra do Vietname (1964 a 1975) e a crise do Afeganistão em 1979.

A guerra fria não se limitou a ser uma luta pelo poder, mas também uma luta ideológica já que o comunismo e o capitalismo eram mutuamente repelentes. Assim, a URSS e os seus líderes acreditavam que o comunismo seria a vanguarda de um mundo socialista no caminho para um a era comunista global. Os líderes soviéticos afirmavam o sistema capitalista ocidental como “imperialista decadente” enquanto do lado americano o sistema comunista era visualizado como uma “terrível autocracia”. De uma forma mais teórica teríamos de um lado a URSS com um sistema não democrático e com uma economia centralizada e regulada por valores materialistas enquanto que, do lado americano, estava um sistema de democracia liberal com economia de mercado e com influência de valores cristãos.

Com a queda do Muro de Berlim e da cortina de ferro chega também o fim da URSS- “the greatest geopolitical catastrophe of the century” (Osborn 2005), levando à reunificação da Alemanha e a uma reestruturação profunda da Europa e das fronteiras políticas dos dois continentes com grandes repercussões na sociedade internacional ainda que a sua natureza anárquica não tenha sido alterada.

Em suma, durante a Guerra Fria e após a Segunda Guerra Mundial assistimos a um mundo bipolar com os Estados Unidos de um lado e a URSS do outro como superpotências, no entanto, após o fim da guerra fria e com a queda da URSS uma nova

ordem mundial surgiu com um mundo unipolar onde se revia uma única superpotência: os Estados Unidos da América.

Nesta nova fase após a derrota e o colapso da URSS o governo de Boris-Yeltsin transitou para o que viria a ser denominado de regime político democrático, ou seja, voltado para uma economia capitalista liberal na qual ainda foram realizadas uma série de privatizações. Nesta época o Kremlin implementou o que seria denominado de terapia de choque, na qual sobre a influência do FMI e do Banco Mundial. Tentava e restaurar uma economia de mercado com o objetivo de liberalizar e privatizar. Contudo, o resultado foi desastroso provocando crises económicas e instabilidade política e tensões sociais na Rússia.

Em suma, é importante reforçar a ideia de que compreender as dinâmicas pós-guerra fria é vital para compreender as intervenções da Rússia na Crimeia já que com a queda da URSS o país ficou economicamente fragilizada o que conseqüentemente resultou na posição de grande potência diminuída. Muitos russos culpam as nações ocidentais pela grande perda de estatuto de poder devido às políticas de liberalização e privatização recomendadas pelo ocidente e pelas entidades internacionais como o Banco Mundial e o FMI; neste sentido e com a ideia de vitimização e de desconfiança para com o ocidente esta situação levou a que a Rússia considera-se estas instituições como favorecedoras dos Estados ocidentais¹⁷: ““as elites russas, e a população russa em geral, sentem ressentimento pelo que é muitas vezes descrito como triunfalismo ocidental face ao final da Guerra Fria” (*Nation*, 2012: 384).

2. Da URSS à Federação Russa/Rússia

A URSS “nasceu” após a revolução russa¹⁸ em fevereiro de 1917 e durante 70 anos governou segundo o modelo comunista.

¹⁷ Estados Unidos da América e Países Europeus;

¹⁸ A Revolução Russa pôs fim ao Império Czarista.

Os Bolcheviques liderados por Lenine impuseram-se em novembro de 1917 como os únicos dirigentes da Rússia dominado pelo partido comunista de Lenine. Assim, atendendo à particular necessidade de passar a um sistema federal, em 1918 foi criada a República Socialista Federalista da Rússia e após quatro anos foi então criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas mais conhecida como URSS¹⁹. Esta federação viu o seu estatuto solidificado em 1924 com a constituição Soviética e é ainda imperativo mencionar que neste período o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) detinha a totalidade do poder.

Os Bolcheviques procuravam formar uma sociedade segundo as ideologias marxistas e durante a guerra civil entre os “brancos” (contra revolucionários) e os “vermelhos” , também denominado Exército vermelho impuseram o “comunismo de guerra”²⁰ que se revelou catastrófico tendo depois de instaurar o que viria a ser denominado de Nova Política Económica (NEP)²¹ de forma a evitar o desastre económico eminente.

Após a morte de Lenine, em 1928 o seu sucessor Estaline abandonou a NEP de forma a dar foco a uma socialização da economia. Os 30 anos foram marcados por progressos na indústria, mas também por terríveis fomes resultado da violenta coletivização agrária.

Desde a tomada do poder, o sistema soviético foi totalitário e utilizou meios repressivos para se manter com no poder, desde logo a Tcheca que seria a polícia política do regime e que tomou diversos nomes ao longo do tempo: GPU, NKVD e a denominação mais conhecida KGB e ainda usou o que se denomina de culto do líder.

As democracias ocidentais tentaram desde logo criar um “cordão sanitário” à volta da nascente URSS de forma a impedir o alastramento da ideologia comunista e proteger o regime democrático.

Com o fim da segunda guerra mundial em 1945 a URSS assumiu o seu papel como uma das superpotências após as suas numerosas conquistas territoriais ao longo da guerra. No entanto, o fim da segunda guerra mundial deu origem a um mundo bipolar onde de

¹⁹ Este foi “o primeiro e único Estado baseado, designado e definido segundo um critério ideológico e não geográfico.” (Dicionário das Relações Internacionais de Pascal Boniface)

²⁰ O comunismo de guerra tinha por base a canalização de todos os recursos, sejam eles agrários ou industriais, em prol do sustento da guerra.

²¹ O NEP tinha por objetivo conservar um certo número de empresas privadas.

um lado estava a URSS como superpotência e do outro os Estados Unidos da América (EUA). Ainda como consequência da segunda guerra mundial, e resultado da vitória sob o nazismo, a URSS conseguiu propagar as ideologias do comunismo na Europa de leste e Europa central contrariamente ao que seria desejado pela outra superpotência: EUA. Desta forma, a URSS considerada líder do mundo comunista, foi o exemplo para o modelo comunista tendo o papel de modelo e guia incontestado até ao início dos anos 60.

Após a segunda guerra mundial, conseqüentemente ao acima descrito, deu origem à guerra fria que, de acordo com Henry Kissinger, “é que o escasso equilíbrio existente se resumia ao que existia entre as duas superpotências nucleares. Caso uma delas ruísse ou deixasse-se de intervir, o equilíbrio perder-se-ia e o adversário tornar-se-ia dominante.”. Considere-se aqui a luta entre as duas superpotências EUA e URSS.

Durante este período o Exército Vermelho, conservou uma superioridade convencional sobre os EUA e os aliados ocidentais da OTAN²². Durante o período da guerra fria, foi visível uma corrida aos armamentos em todos os domínios entre as duas superpotências e ainda que a URSS apresentasse uma desvantagem tecnológica e económica conseguia igualar e até mesmo sobrepor-se aos americanos.

Estaline foi então sucedido por Gorbachev, no entanto, ainda que dentro na mesma ideologia comunista sempre apresentada desde a conquista do poder, a URSS sofreu conseqüentes evoluções o que levou a diversas tentativas de reforma e de fases de estagnação que no final, a nível económico se revelou pouco eficaz. Para complexificar a manutenção do poder por parte da URSS, acentuou-se progressivamente internamente uma contestação contra o regime comunista.

Ainda que com a chegada de Gorbachev ao poder, este tentou acalmar a crescente revolta interna e reverter as ações extremadas de Lenine tendo de imediato focado em políticas de reforma que não só abrangiam as políticas económicas, mas também o sistema político e a política internacional. Esta política impulsionada por Gorbachev está ligada a duas palavras simbólicas: *Perestroika* que significa reestruturação e *Glasnost* que significa transparência.

²² Os membros da OTAN na época eram: Bélgica, Canadá, Dinamarca, EUA, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e o Reino Unido. E, de acordo com o Artigo V um ataque armado a um dos membros deverá ser considerado um ataque a todos os Estados membros da OTAN.

Estas ações conduziram a uma grande popularidade na opinião pública internacional, contudo, os russos estavam bastantes descontentes com a excessiva aproximação do ocidente sendo que a nível económico fosse aberto o caminho para uma economia de mercado e a nível político as reformas conduziram a ao fim do sistema soviético.

O fim da URSS chegou em 1991 e culminou com o fim da guerra fria. O golpe de Estado falhado por parte dos comunistas conservadores em agosto de 1991 antecipou os acontecimentos e trouxe o primeiro plano para Ieltsin e, desta forma, o PCUS foi forçado a sua dissolução e Gorbachev assistiu à proclamação de independência de todas as ex-repúblicas soviéticas segundo o pacto de Belaveja. É bastante importante neste ponto mencionar que foi realizado um referendo em março de 1991 impulsionado por Gorbachev sobre a independência das repúblicas pertencentes à URSS e ainda que 6 repúblicas pertencentes à URSS não participassem, com os votos das restantes a permanência da URSS ganhou com 70% dos votos.²³

Posteriormente, a 8 de dezembro de 1991, os presidentes da Rússia, da Ucrânia e da Bielorrússia anunciaram a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), e nesta mesma altura a 25 de dezembro, Gorbachev demitia-se resultando assim na extinção da URSS. A CEI tinha como objetivo “(...) support for the reintegration of the countries of the former Soviet Union, first economically, but also militarily and possibly politically” (Ronald Sung, 2001: 364).

A queda da URSS originou vantagens assim como desvantagens que continuam a condicionar a política externa russa atualmente. Nas vantagens ainda que seja possível ressaltar o facto da Rússia ter substituído a URSS no Conselho de Segurança das Nações Unidas e de se ter transformado no detentor do espólio nuclear da URSS nas desvantagens ressalta *“Do lado negativo, a Rússia herdou a dívida da URSS avaliada em cerca de 74 mil milhões de dólares, o que debilitou a economia russa durante a década de 1990. O outro fator está ligado à ocidentalização da Europa Central e do Leste, aderindo à União Europeia e a NATO, o que obrigou a Rússia a fazer um investimento militar e nuclear para manter a capacidade dissuasiva, e como consequência a sua economia fragilizou-se. A Rússia herdou também da URSS, os conflitos latentes, que durante meio século*

²³ Understanding the Cold War: A Historian's Personal Reflections, Door Adam Bruno Ulam pagina 353

foram abafados pelo império soviético, o movimento separatista checheno é a mais expressiva manifestação desses conflitos” (Wache, 2014: 121).

Com o fim da União Soviética, a Rússia viria a ter 6 mandatos presidenciais sendo o primeiro período de presidência liderado por Boris Yeltsin.

Após o fim da URSS, o governo de Boris Yeltsin transitou para o que viria a ser denominado de regime político democrático, ou seja, voltado para uma economia capitalista liberal na qual ainda foram realizadas uma série de privatizações. Nesta época o Kremlin implementou o que seria denominado de terapia de choque, na qual sobre a influência do FMI e do banco mundial tentava restaurar uma economia de mercado com o objetivo de liberalizar e privatizar. Contudo, o resultado foi desastroso provocando crises económicas, instabilidade política e tensões sociais na Rússia, ou seja, devido às políticas adotadas as taxas de juro aumentaram para níveis nunca antes vistos e os impostos foram aumentados violentamente e, ainda neste ponto, importa mencionar que foram cancelados os subsídios do Governo na indústria e construção. O resultado foi a subida de preços generalizados em toda a Rússia e as restrições ao crédito resultaram na quebra de muitas indústrias tendo assim dado resultado a uma depressão económica. Por consequente, a desigualdade social aumentou e o desemprego cresceu.

Durante o segundo mandato de Yeltsin após as eleições de 1996, a Rússia recebia ajuda monetária por parte do FMI e de outras organizações financeiras mundiais. No entanto, em 1998, a consequente falta de pagamento das dívidas russas conduziu à crise Russa de 1998 o que levou à desvalorização do rubro e obrigou a uma renegociação da dívida externa.

A 9 agosto de 1999, o então presidente russo decidiu demitir todo o seu gabinete e acabou por escolher Vladimir Putin como seu novo primeiro-ministro. Mais tarde, a 31 de dezembro de 1999 e Yeltsin renunciava ao cargo de presidente da Rússia deixando assim que Putin, conforme a constituição russa, assumisse a presidência até a realização de novas eleições ganhas em março do seguinte ano (2000).

No início dos anos 2000 e com as exportações de petróleo e gás natural a economia da Rússia reganha estabilidade juntamente com uma liderança política reforçada com Vladimir Putin como primeiro-ministro de 1999 a 2000 e depois como presidente²⁴.

²⁴ Esteve no cargo de 2000 a 2008, passando a primeiro-ministro de 2008 a 2012 e atualmente esta novamente com o cargo de presidente.

Importa ainda realçar que Putin foi visto como um “salvador da pátria” aquando do crescimento da Rússia após a guerra fria desde logo porque a população russa perdeu todas as suas poupanças e viu o custo de vida a aumentar o que conseqüentemente levou a uma quebra acentuada da qualidade de vida. Assim, quando Putin chegou ao poder e as coisas começaram a mudar com a Rússia a crescer economicamente e a conseguir dar mais qualidade de vida a população assim como a forma como Putin sempre se apresentou com decisor político fez com que a população o visse com esperança para um futuro próspero após guerra fria.

Como tal os objetivos de política externa russos nos anos 2000 passaram a ser:

- Projetar de novo como grande potência;
- Manter domínio regional nos antigos Estados membros da URSS e limitar a influência do ocidente nos países da Commonwealth of independent states (CIS);
- Contestar aspetos do sistema internacional que acreditam serem desvantajosos;

3. Organização política e administrativa

Após assumir o poder em 2000, Vladimir Putin efetuou uma reforma administrativa agrupando as 89 unidades existentes²⁵ em 7 distritos Federais²⁶ cada um dotado de um representante plenipotenciário do Presidente.

Atualmente, a Constituição Russa de 1993 baseia-se no modelo francês, ou seja, aumenta a autoridade presidencial em detrimento da legislatura e destaca a autoridade central sobre os 7 distritos federais.

Esta constituição foi desenhada de acordo com as ideias democráticas previstas desde logo no Artigo 1º da constituição: “A Federação Russa- Rússia é um Estado

²⁵ A Federação Russa é constituída por 89 unidades territoriais sendo elas 49 regiões, 21 repúblicas, 10 distritos autónomos, 6 territórios administrativos, 2 cidades federais- Moscovo e S. Petersburgo- e 1 região autónoma- Birobidyán.

²⁶ Os distritos são: Centro (Moscovo),Extremo Oriente (Khabarovsk), Cáucaso Setentrional (Rostov), Noroeste (S. Petersburgo), Urais (Yekaterinburgo), Sibéria (Novosibirsk) e Volga (Nizhniy Novgorod)

governado pela lei democrática federal com uma forma de governo republicana”, sendo que Artigo 3º da Constituição está explícito que a fonte de poder é o povo Russo. Neste último ponto, o povo exerce a sua vontade e o seu poder através de órgãos de poder estatal e regional sendo que ainda ninguém deverá usurpar do poder da Rússia.

Já no Artigo 11º da Constituição Russa estão presentes os poderes estatais:

1. O Presidente da Federação Russa
2. A Assembleia Federal Russa (o Conselho da Federação e a Duma)
3. O Governo da Federação Russa
4. Tribunais da Federação Russa

Em relação ao Presidente da Federação Russa este, conforme as repúblicas, será eleito por sufrágio universal. Conforme uma reforma a nomeação dos governadores passa a ser responsabilidade do Presidente Russo ainda que careça de aprovação posterior do parlamento regional. O Presidente pode ainda nomear um representante de forma a vigiar a aplicação dos decretos e das leis federais nos respetivos territórios.

De acordo com Azarova (2008), a constituição russa assenta num sistema superpresidencial: “a super-presidential system with a dual executive: a directly-elected President as head of state, a government that exercises executive power and not very powerful legislative bodies, on whom the government hardly depends of its survival”²⁷.

A Assembleia Federal por sua vez é constituída pelo conselho da federação (Câmara Alta) com 2 membros por cada uma das unidades territoriais (178 membros) e pela Duma (Câmara baixa) com 225 lugares eleitos seguindo a ideologia de representação proporcional e outros 225 lugares que serão eleitos por maioria simples a partir de círculos uninominais. O Conselho de federação tem o papel de aprovar e rejeitar as leis e pode ainda decidir sobre o envio de tropas para fora da Rússia assim como tem de concordar com a implementação do Estado de guerra e do Estado de emergência de acordo com Stuermer (2008). A Duma por sua vez, pode rejeitar duas nomeações feitas pelo presidente para Primeiro- Ministro e pode ainda contestar a atuação do Presidente.

Assim, a Federação russa é considerada um sistema de Estado de Direito com a forma de República semipresidencialista sendo que os 3 poderes do Estado são

²⁷ Azarova (2008).

independentes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Isto significa que o poder do Estado se encontra nas mãos do Presidente, da assembleia federal, do governo e dos tribunais.

Na Rússia, o presidente é o chefe de Estado, protetor da constituição, dos direitos e das liberdades dos cidadãos e tem o dever de proteger a integridade da soberania russa. É ainda o chefe das forças armadas e promulga as leis federais. Adicionalmente, detém também o poder de nomear e demitir o primeiro-ministro e vetar leis²⁸

Juntamente com a aprovação da Duma, o presidente detém ainda a capacidade de nomear o primeiro ministro, os presidentes do Banco Central da Rússia e do Conselho da Federação, os juizes do tribunal constitucional, Tribunal Supremo do Comércio e o Fiscal Geral. Note-se aqui que o Presidente pode, de acordo com a constituição dissolver a Duma e de declarar Estados de exceção sobre a totalidade ou uma parte do território.

Conforme o artigo 81º da Constituição russa, a eleição do presidente é feita através do voto livre, popular, direto, universal e secreto para um mandato de 6 anos²⁹ com a possibilidade de voltar a ser uma vez mais eleito para um segundo mandato.

Ainda sobre o presidente russo importa mencionar que de acordo com o artigo 80º compete ainda ao presidente estabelecer não só as diretrizes de política interna como as diretrizes de política externa, sendo este ainda o representante da federação no interior do país assim como nas relações internacionais. Adicionalmente, o artigo 86º prevê-se que o presidente possa negociar e assinar tratados internacionais em nome da Rússia, assim como assinar os documentos de ratificação e aceitar as credenciais e cartas de convocação de volta dos representantes diplomáticos.

O Governo Russo é assim composto por Primeiro-Ministro, 16 ministros e respetivos vice-ministros, agências e serviços federais sendo que este mesmo governo é responsável por aplicar as decisões tomadas pelo presidente e pelo parlamento. Adicionalmente importa mencionar que alguns ministérios dependem diretamente do presidente e não do primeiro-ministro.

²⁸ Neste ponto importa mencionar que o presidente russo poderá sim vetar leis, contudo, este pode ser anulado caso em ambas as câmaras existam dois terços contra.

²⁹ Na base das emendas constitucionais, que entraram em vigor em 31 de dezembro de 2008, a partir das eleições de 2012, o presidente da Federação Russa elege-se por um período de seis anos (Decisão do Conselho Federal, n.º 473 de 22/12/2008)

Por fim, o poder judicial, de acordo com Montesquieu e a sua teoria de separação de poderes confere a capacidade de julgar de acordo com as leis criadas pelo Poder legislativo e de acordo com as leis estabelecidas constitucionalmente.

3.1. Partidos Políticos³⁰

De acordo com o presente no artigo 13º da constituição Russa, é reconhecida a diversidade política e um sistema multipartidário. Ainda neste artigo no último ponto é colocado em evidência o facto de são proibidas a criação e atividades de associações públicas cujas ações e objetivos sejam destinados a alterar o sistema constitucional e integridade da Federação Russa e que representem ameaça estatal ou possam incentivar à discriminação social, racial, nacional e inclusive religiosa.

É importante mencionar que os partidos políticos são estruturas organizadas que competem através de uma eleição de forma a representar e governar neste caso a Rússia e têm um papel fulcral nos federalismos visto que facilitam a democracia. Aqui importa mencionar que de acordo com Geran e Golosoc (1999) a mobilização política na era da Perestroika conduziu ao surgimento e formação de novos partidos políticos fora da elite política e territorialmente difuso.

Ainda que os partidos federais tenham representação na maioria das regiões apenas alguns chegam a ser categorizados como organizações fortes e independentes baseados nas estruturas bem intrínsecas na sociedade (Azova, 2008). Neste ponto importa mencionar que autores como Colton e MFaul (2005) classifica a competição partidária muito fraca ou até mesmo inexistente já que o partido “Rússia Unida” com Putin conseguiu a centralização administrativa através deste partido (Golosov, 2004).

Na Rússia, de acordo com Azarova existem apenas cinco partidos pertinentes, ou seja, partidos que efetivamente podem ser caracterizados como organizações fortes e independentes: Partido Comunista da Federação Russa, Partido Liberal-Democrata da Rússia, Partido “Yabloko”, “Rússia Justa” e o partido dominante “Rússia Unida”.

³⁰ <http://www.cikrf.ru/politparty/interaktivnyy-spravochnik/>

O Partido Comunista da Federação Russa (PCFR), o mais tradicional da Rússia, foi criado em 1993 pelos cidadãos voluntários da federação Russa tendo sido a ideia base o patriotismo e a integridade do Estado russo (Tsygankov, 2006). Este partido é considerado o sucessor oficial do Partido Comunista da União Soviética sendo que compreende uma linha dura de pensamento marxista-leninista, nacional patriota e reformista marxista/social-democrata. Importa mencionar que este partido é um dos que mais se manifesta contra a autocracia baseada no controlo de imprensa, na fraude eleitoral e na perseguição de opositores.

Por sua vez o Partido Liberal-democrata da Rússia (PLDR) como o nome indica é o partido liberal-democrata da Rússia e é o segundo partido que ganhou mais assentos nas quatro Dumas. O PLDR afirma-se como centralista e reformista ainda que possa ser considerado como extrema-direita devido às visões ultranacionalistas e de populismo nacional. Este partido opõe-se ao comunismo e ao capitalismo e defende uma economia mista com propriedade privada, mas com uma forte gestão por parte do Estado. Em relação a este partido é imperativo mencionar o enfase dado à reestruturação da Rússia com as suas “fronteiras naturais”: Bielorrússia, Ucrânia e as outras antigas Repúblicas soviéticas.

Os democratas “Yabloco” de acordo com Lefort (2008) começou em 1993 com um bloco eleitoral que uniu diversos pequenos partidos democráticos de oposição, no entanto, só em 1995 foi oficialmente criado este partido. O objetivo deste partido é manter a integridade territorial da Rússia, criar um sistema de saúde e educação pública com uma elevada qualidade assim como apresentar a candidatura da Rússia à União Europeia. Como é possível ver pelos objetivos do partido, este defende então uma economia de mercado social, igualdade de oportunidades, proteção da propriedade privada, concorrência económica e política assim como o fortalecimento das instituições democráticas e o Estado de direito.

O Partido Rússia Justa criado em 2006 (Stuermer, 2008) com a junção dos partidos “Pátria”, Partido Russo de Vida e Partido Russo de Reformados, e é considerado um partido de esquerda que apoia e se revê no socialismo moderno. Este partido tem por base a justiça, a solidariedade e a liberdade. Ainda que inicialmente este partido apoia-se as medidas e decisões tomadas por Putin e Medvedev em 2011 este apoio desapareceu tendo o partido Rússia Justa tomado uma posição de oposição ao governo.

Por último, o partido do poder, a Rússia Unida³¹, é um partido considerado com ideológico de centro-esquerda que segue uma política nacionalista e de capitalismo de Estado que foi formado nos finais de 2001 com a junção de dois movimentos (“Unidade” e “Pátria-Toda a Rússia”) e são apoiantes de Putin assim como de Medvedev. Este partido tem mais de metade dos assentos da Duma com 299 lugares ocupados. Sakwa (2002) descreve o “Rússia Unida” como uma associação política constituída por elites de poder de forma a levar a cabo os seus interesses. É imperativo ressaltar que este partido apoia o “Plano Putin” de desenvolvimento económico onde há uma forte intervenção do Estado assim como a existência de uma política externa independente, no entanto, além do nome de Putin surgem ainda associados os nomes de Boris Gryzlov e Sergei Shoigu.

3.2. Processo Eleitoral

Em 2003 foi aprovada uma nova lei de reforma eleitoral que acabou por alterar o sistema eleitoral nas regiões, de pluralidade de membros predominantemente singulares e representação proporcional de lista partidária.

O autor Moses (2003) inúmeras as principais razões para tal; a primeira, ao alterar as condições com as quais os políticos se candidatam aos assentos das assembleias regionais a relação entre o executivo e o legislativo seria alterada, ou seja, as legislaturas regionais conseguem então contrabalançar de uma melhor forma o poder dos governadores. A segunda razão explicada por Moses seria de que ao ter um sistema representativo proporcional os partidos seriam incentivados a participarem nas eleições regionais o que iria atribuir às facções do partido um papel mais institucionalizado no sistema político regional.

Assim, esta reforma exige que pelo menos metade dos deputados nas assembleias regionais sejam eleitos como candidatos das listas partidárias federais o que efetivamente significa que iria existir uma baixa participação pública na política do partido em geral já

³¹ <http://www.cikrf.ru/politparty/interaktivnyy-spravochnik/45099/>

que apenas os partidos políticos nacionais poderiam competir pelos assentos (Sakwa 2011).

Esta reforma acabou assim por beneficiar o partido de Putin já que este acabou por colocar um fim ao desenvolvimento de instituições e à participação pública colocando o Kremlin como um centro único de decisão e controlo (Lipman, 2006).

Em 2005 foi ainda adotada uma nova “Lei das eleições de Deputados da Duma da Federação Russa” e, a partir de 2007, os deputados a ser eleitos passariam a ser eleitos a partir de listas partidárias e de acordo com o sistema de representação proporcional. Assim, para ter representação na Duma o partido deveria apresentar um mínimo de 7% dos votos nas eleições, os procedimentos para o registo de partidos independentes para eleições seriam mais exigente e foram ainda implementadas novas disposições financeiras assim como houve a eliminação de assentos de mandato único na Duma. (Lipman, 2006)

3.3. Eleições Legislativas de 2011

Antes de mais importa mencionar que a partir de 2007 a barreira eleitoral mínima para um partido conseguir eleger deputados pelas listas alterou para 7% contrariamente ao que foi considerado até 2003 que seria 5%.

Nesta eleição a taxa de comparecimento às urnas foi de 60.2% sendo que dos sete partidos que participaram nas eleições para a Duma foram aprovados quatro sendo eles a “Rússia Unida” (49.54%), o partido comunista (19.16%), o partido liberal-democrata (11.66%) e a Rússia Justa (13.22%) sendo que os restantes partidos envolvidos não atingiram a marca mínima de 7% dos votos.

Como a Rússia Unida apenas obteve 49.54% dos votos isto significa que perdeu a maioria constitucional e apresenta apenas uma maioria simples após estas eleições sendo isto resultado da queda de popularidade e ainda da erosão de estabilidade e consequentemente aos resultados só conseguiu 238 lugares na Duma.

O dia das eleições legislativas ficou marcado por um ciberataque a vários websites que estavam a expor ilegalidades no processo de voto e inclusive atendendo ao número

de casos concretos efetivamente de caráter massivo foi colocada em causa a legitimidade do processo eleitoral (Borja-Santos, 2011). Também a Organização para a segurança e Cooperação na Europa (OSCE) relatou que as eleições legislativas não estiveram de acordo com as regras eleitorais onde ficaram marcadas inúmeras irregularidades como a manipulação das urnas, a falta de imparcialidade dos meios de comunicação social, a intimidação dos observadores e a não separação entre partido e Estado. Tudo isto levou a uma falta na liberdade de associação, na concorrência política e ainda no pluralismo.

Todas estas questões levaram a manifestações por parte dos cidadãos e embora houvesse ainda uma facção pró-Putin foi assim que ficou marcado o início da campanha presidencial de 2012 na Rússia.

3.4. Eleições Presidenciais de 2012

As eleições realizadas a 4 de março de 2012 viriam a eleger o próximo presidente russo nos seis anos seguintes.

De forma a eleger um presidente à “primeira volta” é necessário que algum dos candidatos obtenha no mínimo 50% dos votos caso contrário será necessário conduzir uma “segunda volta”. O favorito nestas eleições era Vladimir Putin que já tinha sido presidente por dois mandatos nos períodos de 2000 a 2008 e ao não poder ser eleito para um terceiro mandato consecutivo, Dmitriy Medvedev aliado próximo de Putin foi eleito em 2008 tendo este último ficado como primeiro-ministro.

Em 2012 houveram imensos candidatos à presidência, contudo um elevado numero teve as candidaturas rejeitadas deixando assim as quatro candidaturas tradicionais: Putin (Russia Unida), Guennadiy Zyuganov (PCFR), Sergey Mironov (Russia Justa), Vladimir Zhirinovskiy (Partido Liberal-Democrata da Rússia) e surgiu ainda um quinto candidato independente: Mikhail Prohorov. O candidato independente era um magnata russo que tinha a intenção de ser o candidato de uma nova geração disposta a modernizar a Rússia.

As eleições presidenciais no entanto, ficaram resolvidas na primeira volta com Vladimir Putin a conseguir 63.64% dos votos conseguindo assim o seu terceiro mandato presidencial e reiterando assim a sua reputação de líder forte e eficaz.

É muito importante mencionar que devido às acusações e manifestações nas eleições legislativas do ano anterior (2011) em relação à corrupção nas eleições e de forma a validar as eleições presidenciais, Putin decidiu instalar cerca de 200 mil câmaras web nos 90 mil postos eleitorais para que as votações pudessem ser acompanhadas em direto.

4. O multivetorialismo russo: vetores estruturantes da Política Externa

Desde que Vladimir Putin assumiu o poder é notório o reaparecimento da Rússia como grande potência no sistema internacional. Desde este momento, e com Putin na presidência, a Rússia começou a conseguir contornar e superar o período negro que viveu pós-URSS tendo conseguido consolidar e desenvolver o seu crescimento económico, assegurar e manter a estabilidade interna e desenvolver e impor um carácter distinto à política externa mais afastada assim das ideias ocidentais que pairavam no período transitório da URSS para a Federação Russa. Assim, a nível de política externa observamos um Estado que apresenta não só um carácter assertivo e pragmático como também multivetorial. É assim possível observar e comprovar que a política externa russa cedeu uma grande prioridade ao vetor euroasiático de forma a continuar com os esforços de manter a CEI³² na área prioritário mas também de incluir vetores ocidentais e orientais na sua política externa.

Neste ponto é importante recordar que a Política externa sempre será a dicotomia entre o interno e o externo ou seja: *“Esta fórmula complexa é assim composta por variáveis distintas a diferentes níveis (externo versus interno interagindo nos diferentes níveis de análise), que cruzam uma multiplicidade de setores (política, segurança, economia), sendo ainda acompanhadas por questões normativas e de perceção, para além das tradicionais considerações de poder”* (Freire, 2009). Como fatores internos

³² Da CEI fazem parte 11 Estados: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

influentes podemos mencionar a abundância de recursos energéticos, por exemplo como poderemos verificar no decorrer da leitura.

Atualmente, a Política Externa Russa tem o objetivo de potencializar o seu crescimento económico assim como combater a hegemonia dos Estados Unidos assim como conseguir neutralizar a NATO, controlar a expansão da União Europeia quer seja através dos Estados membros quer seja através da sua política de vizinhança e tentar ao máximo recuperar a confluência sino-soviética.

Recorde-se aqui que para Putin, os objetivos que serão mencionados e apresentados em baixo terão como objetivo transformar a ordem mundial, ou seja transformar o mundo unipolar resultante do pós-guerra fria num mundo multipolar com um fim de gradualmente recuperar o lugar da Rússia no sistema internacional com um objetivo final de colocar a Rússia como a superpotência que era anteriormente.

Assim, e tal como Raquel Freire (2011: 50) menciona: *“A política externa russa tem sido moldada de acordo com vários fatores, de caráter endógeno, apesar dos princípios e objetivos estruturantes pós-Guerra Fria permanecerem ao longo do tempo: autoritarismo, centralização e aumento de influência no sistema internacional. O que de fato tem mudado e conferido um sentido de algum desajustamento à formulação da política russa tem sido a conjugação de meios e oportunidades na definição e prosseguimento dos seus interesses.”*

Importa ainda mencionar que no que toca a Política externa, a principal motivação do Kremlin seria unicamente os interesses do Estado e da nação e tem ainda uma visão bastante pragmática no que toca a política externa do país.

4.1. A Rússia e o Vetor euroasiático e os CEI

A Comunidade dos Estados Independentes foi estabelecida em 1991 através do acordo de Minsk entre a Federação Russa, a Bielorrússia e a Ucrânia com o objetivo de *“constituir um mecanismo agregador e facilitador de uma transformação pacífica da velha URSS numa nova forma de organização que perpetuasse o poder da Rússia no antigo espaço soviético.”*(Freire, 2009), e o decorrer do tempo só prova a importância

da criação da CEI: “A CEI faz vinte anos e não deixa de provar a sua necessidade, continuando a desempenhar um papel fundamental no espaço russo” (Petrovskiy, 2011).

No que toca à Comunidade dos Estados Independentes (CEI), “[...] a Federação Russa assume claramente uma linha de continuidade na definição estratégica do espaço da antiga União Soviética, que se mantém nos anos Putin” (Freire, 2011: 50), inclusive, ao analisar os documentos relacionados com Política externa oficiais durante a presidência de Putin-Medvedev é colocado em evidência a importância que esta área tinha sendo que só após esta área surgia as dimensões ocidentais e orientais (Freire 2009: 77-78).

Esta linha de pensamento foi logo visível aquando da tomada de posse de Putin como presidente já que neste período “a Rússia começou a opor-se vigorosamente às tentativas permanentes de enfraquecimento de sua posição geopolítica por parte dos Estados Unidos.” (Mazat e Serrano, 2012). No entanto, mesmo com esta oposição inicial a Rússia não conseguiu impedir que a UE e a NATO entrassem nos países que pertenciam à área de influência durante o período soviético. Estes países revelam uma elevada importância para a política externa russa não só a nível político e económico como, e principalmente, securitários já que sem a consolidação da hegemonia regional russa não seria possível alcançar o status de grande potência tão desejado por Putin.

Ainda seguindo as ideias de Freire (2011) os quatro objetivos de política externa russa acabariam por definir como ponto central a promoção da CEI como uma área de interesse vital; ainda que, uma área heterogénea e com Estados diferenciados (em termos políticos, recursos económicos e perfis sociais)³³ acaba por enaltecer o facto de que controlo e a influência por parte russa sejam limitas no entanto, a sua influência é bastante reconhecida na área. Desta forma, “as relações com o espaço CEI apesar de constituírem o vetor primário de atuação de Moscovo, não correspondem a um pacote homogéneo de medidas, reconhecendo a heterogeneidade do espaço pós-soviético, bem como de interesses e graus de autonomia diferenciados face a Moscovo” (Freire, 2011: 63-64).

Esta política externa na CEI é visível não só em termos económicos como políticos e militares; como exemplos podemos mencionar a manutenção das bases

³³ “as relações com o espaço CEI apesar de constituírem o vetor primário de atuação de Moscovo, não correspondem a um pacote homogéneo de medidas, reconhecendo a heterogeneidade do espaço pós-soviético, bem como de interesses e graus de autonomia diferenciados face a Moscovo” (Freire, 2011: 63-64)

militares na Moldava e na Arménia e podemos ainda mencionar o controlo que Moscovo detém sobre as rotas de gasodutos e oleodutos assim como as infraestruturas que utilizam de forma a manter influencia e controlo sobre os governos locais. A CEI proporciona ainda vantagens económicas de bastante relevância, ainda que com limites, já que torna a Rússia um parceiro privilegiado em termos de trocas comerciais incluindo a venda de armamento e outros equipamentos militares.

Tendo isto em conta, Putin dedicou os últimos anos a concentrar os seus esforços na reconquista do domínio geopolítico sobre a área da ex-URSS, área esta com profundos laços históricos, culturais e económicos partilhados.

É, no entanto, importante mencionar que dependendo do “comportamento” dos Estados membros da CEI, o relacionamento com a Rússia também poderá ser diferente, ou seja, a Rússia adota um duplo critério a saber: o de uma hegemonia benevolente para os Estados obedientes e de uma hegemonia coerciva para os Estados cujo comportamento se oponha aos interesses russos.

4.2. A Rússia e o Vetor Ocidental

Ao falar do vetor ocidental devemos focar-nos nos Estados Unidos (EUA) mas também na União Europeia (UE). Começando por analisar a relação Rússia- EUA, é necessário constatar que existe efetivamente uma relação pragmática quando necessário e um de competição/confrontação quando não haja necessidade de colaboração. Aqui, e de acordo com os estudiosos podemos analisar duas posições: os cétricos e os pragmáticos.

De uma maneira simples, os cétricos acreditam que não é exequível uma cooperação Rússia-EUA pelo feito de que ambos os Estados têm interesses divergentes que torna a cooperação improvável e impraticável; os pragmáticos contudo, apontam para a existência de matérias em que as condutas de um têm impacto nos interesses nacionais do outro como é o caso do armamento nuclear³⁴. Um outro desafio que se poderia colocar aqui em evidência seria o da questão energética já que a Rússia é um dos maiores

³⁴ Juntos, os EUA e a Rússia possuem 95% das armas nucleares do mundo assim como a maioria do material utilizado para as fabricar.

produtores de energia assim como é o titular de uma das maiores reservas de gás natural fazendo assim com que a Rússia tenha um papel preponderante na manutenção dos estoques de energia que mantêm a economia global e que estão intimamente ligadas também com o crescimento económico dos Estados Unidos já que estes são um dos maiores consumidores do mundo a nível energético. Alison e Blackwill (2011: 9-11).

Em suma, na relação pragmática e competição/cooperação entre Rússia e os EUA podemos destacar assuntos de elevada importância a nível de política externa: redução de armas nucleares, a não proliferação nuclear, a resolução dos conflitos regionais, luta contra o terrorismo, e a questão energética.

No que toca a relação Rússia- União Europeia, é muito importante mencionar que a relação entre os dois atores “é por natureza, assimétrica, e a diversidade de interesses nacionais com que a Comissão Europeia se depara tende a obrigá-la a alternativas de compromisso, o que, por vezes, falha redondamente. A base legal das relações entre a Rússia e a UE é o Acordo de Parceria e Cooperação (APC), assinado em 1994 e implementado em 1997” (Stuermer, 2009: 224). Ou seja, de um modo simples, o APC foi desenhado para regular a evolução das relações entre a UE e a Rússia dando ênfase ao diálogo político de forma a uma integração gradual da Rússia na vasta área de cooperação na Europa assim como a promoção da transição da Rússia para a democracia e para a cooperação económica.

A UE de acordo com as ideologias presentes no APC para com a Rússia assume a mesma atitude adotada para países que desejam aderir à UE, no entanto isto não é o caso russo: “Os dirigentes russos, principalmente desde a chegada de Putin ao poder, consideram que seu país deveria ser tratado como qualquer outra potência exterior à UE, como a China ou a Índia, e consideram que esta política é uma forma de ingerência em assuntos estritamente soberanos” (Mazat e Serrano, 2012: 33)

Ainda que a UE siga uma linha de pensamento bastante ligado aos EUA esta por vezes tem de agir de maneira diferente para com a Rússia já que a UE continua dependente energeticamente da Rússia condicionando assim as suas decisões em termos de política externa: “a União Europeia persegue a meta de um setor energético transparente e governado pelo mercado, tendo a Comissão Europeia, [...] procurado desenvolver uma parceria energética com a Rússia. Se por um lado, essa parceria é considerada como um pilar fundamental para a política energética comum da UE, por outro lado, a Rússia

procura proteger aquilo que considera ser um sector energético para o desenvolvimento da Federação” (Fernandes, 2013: 132).

4.3. A Rússia e o Vetor Oriental

É de extremada importância quando falamos do vetor oriental sempre mencionar a maior proximidade da Rússia com o oriente desde a tomada de posse de Putin em 2000 quando a Rússia percebeu a crescente importância económica da Ásia nomeadamente da China sendo que se tornou um país essencial para os cálculos de política externa da Rússia.

A China e a Rússia, “*Detentoras de culturas tão ricas quanto diferentes entre si, dotadas de um passado no qual se conjugam conquistas notáveis e dominações imperiais com derrotas igualmente memoráveis e subjugação a forças externas, Rússia e China inegavelmente estão incrustadas em algumas das mais importantes páginas da História do sistema internacional. [...], Moscovo e Pequim parecem destinadas a estar uma nos planos da outra*” (Adam, 2012: 51)”. Assim, foi logo nos anos 2000 com o acima mencionado em mente que a Rússia desenvolveu uma parceria estratégica com a China com o objetivo de instituir bases de cooperação estratégica.

No tratado estava presente que ambos os Estados reconheciam a integridade territorial um do outro sendo que a Rússia reconhecia as pretensões de Pequim sobre Taiwan, e a China apoiava a ação russa contra os separatistas chechenos. Além disto, previa-se o aumento de confiança mútuo das forças armadas assim como a redução de controlo militar nas regiões fronteiriças.

De um ponto de vista geoestratégico e geopolítico, a criação desta parceria viria a beneficiar a Rússia (e também a China) contra o que viriam a ser as motivações e objetivos americanos assim como era benéfico pela partilha de visões em temas como a soberania nacional e o terrorismo por exemplo. (Mazat e Serrano, 2012)

Um exemplo da proximidade entre os dois Estados pode ser observado aquando das eleições parlamentares de 2011 nas quais os Estados Unidos acusaram vivamente a

vitória do partido de Putin de estar aliada a ilegalidades e a incentivar revoltas populares enquanto do outro lado a China defendeu os resultados como sendo a vontade do povo e que respeitaria a decisão eleitoral. Esta parceria também se mostra benéfica no Conselho de Segurança das Nações Unidas já que a Rússia e a China coordenam os seus vetos marcando desta forma uma posição.³⁵

Em suma, em matéria de política externa, a Rússia considera o facto de os dois países compartirem as mesmas posições fundamentais em questões globais chave como um dos principais elementos para a estabilidade quer regional quer global. Adicionalmente e como consequência a Rússia promove a cooperação na matéria de PE com a China nas mais diversas áreas de maneira a sempre procurara novas formas de abordar e combater novas ameaças e desafios sejam eles regionais ou internacionais.

Uma temática muito importante a abordar é a questão energética já que *“No que diz respeito à questão energética, as relações entre a China e a Rússia são mais ambíguas. A China é grande importadora de hidrocarbonetos russos. Mas, ao mesmo tempo, preocupa-se com sua segurança energética e não quer depender da Rússia para seu abastecimento em gás e petróleo.”* (Mazat e Serrano, 2012: 27-28). Ainda dentro desta questão importa mencionar que dentro da Ásia Central a posição da Rússia em relação ao controlo do abastecimento do gás e do petróleo é de hegemonia.

Em meio de conclusão esta relação bilateral de cooperação acontece pois existe um interesse me comum: travar a hegemonia americana.

5. O “Imperador” Putin

³⁵ De acordo com as United Nations (2017), entre os anos 2000 e 2017, a Rússia vetou quinze resoluções: situação no Chipre (2004), situação em Myanmar (2007), situação em Zimbabwe (2008), guerra na Geórgia (2009), guerra na Síria (2011), guerra na Síria (2012), guerra na Síria (2012), situação na Ucrânia (2014), guerra na Síria (2014), situação na Bósnia e Herzegovina (2015), situação no Ucrânia (2015), guerra no Médio Oriente-Síria (2016), guerra no Médio Oriente-Síria (2016), guerra no Médio Oriente-Síria (2017), guerra no Médio Oriente-Síria (2017), e contou com o apoio chinês em oito delas, sendo elas: situação em Myanmar (2007), situação no Zimbabwe (2008), guerra Síria (2011), guerra na Síria (2012), guerra na Síria (2012), guerra na Síria (2014), guerra no Médio Oriente-Síria (2016), guerra no Médio Oriente-Síria (2017).

Sendo este um assunto de análise de política externa de um Estado e as suas motivações devemos obrigatoriamente analisar o comportamento e a importância dos decisores políticos neste processo ³⁶, ou seja, passamos de uma análise estatal à análise dos comportamentos dos decisores humanos que atuam em nome do Estado. Desta forma o Estado age e comporta-se conforme os seus decisores políticos- no caso russo, Putin.

No caso de Putin, concordamos com Kenneth Boulding quando realçou existir uma diferença entre as imagens³⁷ nacionais e os sistemas internacionais; ou seja, as decisões tomadas pelos atores de política externa (Putin) são inerentes de como os mesmos veem o mundo e não de como o mundo realmente é. Assim torna-se importante fazer a diferença entre duas imagens que uma nação tem dela própria: a primeira é a imagem que uma sociedade nacional detém do mundo e a segunda a imagem refere a que a nação tem dela própria. Note-se que a questão fundamental na ideologia de Boulding era o impacto das imagens nacionais no relacionamento com outros Estados e o desenrolar dessas mesmas relações do sistema internacional.

Não obstante, todo o Estado-nação é o resultado das imagens que se formam e sedimentam ao longo dos anos e da história da nação sendo que a imagem nacional acaba por ser essencialmente uma imagem histórica. Desta forma as menções históricas feitas anteriormente tornam-se essenciais para a compreensão das decisões políticas de Putin na Crimeia e nas restantes que afetam o Sistema internacional.

Assim devemos ressaltar a importância do discurso do decisor político russo em toda esta questão assim como ressaltar a sua importância e audácia no sistema internacional. Putin é conhecido pela sua postura no sistema internacional e essa mesma postura não advém de um corpo político mas sim de si mesmo e da sua experiência como decisor-imagem social do decisor político (1999 até 2024- fim do seu termo presidencial e possivelmente mais já que o seu partido está a apoiar que no final do seu mandato presidencial volte a ser primeiro-ministro).

Quem é Vladimir Putin? Na verdade é difícil responder a esta pergunta de forma objetiva. Para Epstein (2014), Putin é um jogador de xadrez enquanto os restantes de

³⁶ Modelo decisional de Snyder, Burton e Sapin

³⁷ Imagem definida como o “conjunto de estruturas avaliativas, cognitivas e efetivas que compõem uma unidade decisional, ou seja, a visão que detém de si próprios e do seu universo”.

encontram a jogar com meros berlindes³⁸. Após analisar discursos e entrevista de Putin para a autora da tese ressaltam traços de assertividade e frontalidade assim como uma forte capacidade de adaptação do discurso consoante os assuntos e tópicos abordados e onde ressalta a capacidade de retórica de Putin.

De acordo com as ideias de Valeria Sperling (2015), o cartão-de-visita de Putin é a sua masculinidade sendo assim visto como um “macho alfa”, ou seja, mostra uma imagem de um líder forte e solidificado que não irá permitir que o ocidente enfraqueça ou ditem o que a política interna e externa russa deveria ser de acordo com o modelo ocidental. A autora defende que este facto e este aspeto da personalidade de Putin ajuda na sua legitimidade de forma a vincar as suas posições e minimizar as visões dos seus oponentes.

Vladimir Putin nasceu a 7 de outubro de 1952, filho de Maria Shelomova e Vladimir Spiridonovich Putin em Leninegrado: “I come from an ordinary family, and this is how I lived for a long time, nearly my whole life. I lived as an average, normal person and I have always maintained that connection”³⁹; e seria onde viria a crescer num bairro considerado “difícil”. Importa ainda enquadrar que o pai de Putin é um veterano de guerra e que ele foi praticante de Judo tendo começado a praticar contra a vontade da mãe como recorda “Every time I went to a practice session, she would grumble, ‘He’s off to his fights again”, tendo, no entanto, com o sucesso reiterado pelo seu treinador, a família mudado de opinião enquanto à prática deste desporto por Putin.

Em 1975, Putin concluiu a sua formação académica na Faculdade de Direito da Universidade Estatal de Leninegrado e é importante mencionar que ao mesmo tempo que terminava os seus estudos já trabalhava para o comité do KGB em Leninegrado isto porque Putin sempre quis estar ligado aos serviços de Inteligência. Ainda de acordo com Putin, “*My perception of the KGB was based on the idealistic stories I heard about intelligence.*”⁴⁰

³⁸ Epstein, Reid S. 2014. Rogers: Russia Playing Chess, U.S. Playing Marbles. Politico.com. March 2 nd. Available at http://www.politico.com/blogs/politico-live/2014/03/rogers-russians_playing-chess-us-playing-marbles-184277.html?hp=f2.

³⁹ Putin, no site oficial do Presidente em <http://putin.kremlin.ru/bio/page-0>

⁴⁰ Retirado do Próprio website do presidente: <http://putin.kremlin.ru/bio/page-1>

5.1. A Trajetória Política de Vladimir Putin

De acordo com Lima (2016a: 18), para conseguir perceber quem Putin é devemos também compreender a sua trajetória; *“Putin entra no KGB em 1975, e praticamente toda a sua carreira política é feita em Dresden, na Alemanha de Leste, onde trabalha de perto com Stasi no recrutamento de informadores locais”*.

Em 1985 para a delegação do KGB em Dresden: *“Em Dresden, Putin deve ter-se apercebido - através da observação dos factos, de perto e em primeira-mão - de que até a montra do socialismo, ou seja, a então República Democrática da Alemanha, embicava já para a sepultura. De facto, encontrava-se numa posição privilegiada para observar - com um pé dentro e o outro fora - a queda do Estado da Alemanha Oriental e, com ela, o princípio do fim do domínio soviético na Europa do Leste.”* (Stuermer, 2009: 43).

Em 1989, Putin acabou por receber uma medalha de bronze pelos serviços prestados ao RDA: *“My work was going well. It was a normal thing to be promoted just once while working abroad. I was promoted twice,”*⁴¹ afirmou Putin.

No ano de 1990 Putin tornou-se assistente ao reitor da Universidade de Leningrado para assuntos Internacionais e, no mesmo momento em que a OTAN presta ajuda na questão da reunificação alemã após queda do muro de Berlim no ano anterior, Putin assume as funções de conselheiro do presidente da câmara Anatoli Sobchak para os assuntos de carácter internacional - *“Putin saiu oficialmente do KGB em 1991, mas o KGB nunca saiu de Putin. Ainda em 1990, ele é nomeado conselheiro do presidente da Câmara de São Petersburgo, ficando com o pelouro internacional”* (Lima, 2016a: 20)- e aqui, de acordo com Stuermer, o facto de saber falar fluentemente alemão, francês e inglês e a experiencia que conseguiu adquirir em Dresden ajudaram bastante a conseguir o posto.

Com o cargo de conselheiro do presidente da câmara de São Petersburgo Vladimir conseguiu alargar os seus contactos exteriores assim como lhe concedeu mais visibilidade; de acordo com Lima, *“Para Putin, de São Petersburgo a Moscovo era apenas uma questão de tempo”* (Lima, 2016a: 20).

⁴¹ <http://putin.kremlin.ru/bio/page-1>

No ano seguinte, em junho de 1991, Putin assume a direção dos serviços administrativos do gabinete do presidente da Câmara de São Petersburgo onde se manteve até ao ano de 1996 já que em junho deste ano a trajetória política de Putin muda passando a integrar a administração presidencial na qualidade de adjunto do chefe dos serviços gerais de fiscalização do Departamento de Gestão do património Presidencial. Vladimir manteve-se neste papel até março de 1997.

No ano de 1998 Putin é indigitado para o posto de adjunto do conselheiro para a administração presidencial sendo que na transição de 1998 e 1999 Putin tenha conseguido ascender a diretor do FSB (serviços de segurança russos) e, de acordo com Lima, *“Putin recuperou a terminologia da polícia política leninista (chekist) e assumiu o culto por Yuri Andropov, o homem que durante mais tempo liderou o KGB. Putin manteve a devoção no ano em que presidiu ao FSB (1998), o sucessor do kontora, e exprimiu-a em diversas homenagens públicas durante a sua presidência.”* (2016a: 18-19). Esta posição de Putin deveu-se a duas questões fulcrais; a primeira deveu-se ao traço estrutural do aparelho de Estado que faz a transição da URSS para a Federação Russa “uma nomenclatura de burocratas e operacionais de *intelligence* e espionagem que atua nos planos político e militar e tem garantido a continuidade da corte em redor do Kremlin. Há quem fale em mais de três milhões de russos perfeitamente integrados nesta muralha defensora do regime, os siloviki, também considerada a melhor escola para ascender na competitiva cadeia de poder. Putin foi o mais obstinado seguidor deste percurso e o KGB, a mais perfeita academia na defesa da missão russa” (Lima, 2016).

A segunda questão está intimamente relacionada com a influência que a liderança de Andropov teve em Putin já que este segundo, Andropov era um transformador, carismático, implacável em relação as traições contra o Kremlin; estas seriam as características de um bom servidor da “Mãe Rússia”.

Em 1999, Putin é nomeado Secretário do Concelho de Segurança num momento em que a Rússia atravessa sérias dificuldades económicas e em agosto do mesmo ano a Duma confirma a nomeação de Putin como primeiro-ministro já que para Yeltsin Putin era um “engenheiro do poder”. Note-se aqui que aquando de ter assumido este cargo em 1999, Putin manteve-se como o cargo de diretor do FSB (Stuermer, 2009).

Ainda no ano de 1999, a 31 de dezembro Yeltsin nomeia Putin como seu sucessor: *“em 1999, Putin é nomeado por Yeltsin para a chefia do governo e, quando a presidência*

caiu em desgraça e a saúde do velho Boris definhou, a passagem de testemunho foi feita em regime hermético: Yeltsin abdica na última noite desse ano e Putin é coroado seu sucessor". Stuermer (2009: 48-49). Putin recorda que "Two or three weeks before New Year, Mr Yeltsin called me to his office and said that he had decided to step down. This meant I would have to become Acting President,". Este recorda ainda esta decisão como: "I had my own thoughts, my own reasoning, but at the same time, there was another logic I had to consider too. Fate was offering me the chance to work for the country at the very highest level and it would have been foolish to say, no, I'm going to go and sell sunflower seeds instead, or go into private legal practice. I could do all those other things later after all, and so I decided that this had to come first, and everything else later,"⁴²

A escolha de Putin deveu-se à sua personalidade, ou seja, Putin era *"leal e de confiança, nada obcecado pelo poder, mas, simultaneamente, eficiente. Além disso, não fazia parte do cardume de tubarões da capital que se engalfinhavam constantemente por posições de influência e poder no Kremlin, sobretudo aqueles que já se encontravam em posições de poder, como o Presidente da Câmara de Moscovo, Yuri Luzhkov"* (Lima, 2016a: 21). Assim conseguimos perceber como Putin, alguém que aparentemente veio do anonimato, em apenas oito anos se tornou o decisor principal da Rússia.

Em março de 2000 Putin é eleito como presidente após a realização de eleições tendo assumido o cargo a 7 de maio de 2000 e no discurso de tomada de posse Putin assume perante o povo russo que: "We have common aims, we want our Russia to be a free, prosperous, flourishing, strong and civilized country, a country that its citizens are proud of and that is respected internationally. (...) I consider it to be my sacred duty to unify the people of Russia, to rally citizens around clear aims and tasks, and to remember every day and every minute that we have one Motherland, one people and one future."⁴³

Putin foi novamente eleito como Presidente em 2004 e no seu discurso mencionou: "Our goals are very clear. We want high living standards and a safe, free and comfortable life for the country. We want a mature democracy and a developed civil society. We want to strengthen Russia's place in the world. But our main goal, I repeat, is to bring about a noticeable rise in our people's prosperity. We have better knowledge today of our own potential and we know what resources we have at our disposal. We

⁴² <http://en.putin.kremlin.ru/bio/page-4>

⁴³ <http://en.putin.kremlin.ru/bio/page-5>

understand the obstacles we could face in reaching the goals we have set and we are actively modernizing the state in order to make sure that its functions correspond to the present stage of Russia's development – that of achieving a real rise in living standards.”⁴⁴

E, em 2008, quando foi eleito Primeiro-ministro assumiu perante a Duma que: ““We have enough resources to tackle still more ambitious tasks and goals. The important thing is to make competent, effective and proper use of the accumulated potential. For my part I am ready to exert every effort to achieve the goals set, to deliver new and significant results for the prosperity of our country and for the sake of a worthy life for Russian citizens”⁴⁵.

5.2. Os objetivos e interesses da era de Putin

Em questão de objetivos e interesses após a tomada de posse de Vladimir Putin ainda que iremos enquadrar os objetivos desde a tomada do poder em 2000, no entanto, iremos dar mais foco ao intervalo de tempo de 2012 a 2016.

Após a tomada de posse em 2000 de Putin como presidente da Rússia, “a política externa da Federação tornou-se mais ambiciosa e assertiva graças ao seu crescente poder económico e a concentração do poder político, ao mesmo tempo, as mudanças no mundo ofereciam oportunidades que a Rússia poderia explorar.” (Oldberg 2010:2). Desta forma, Putin tentou redefinir a política externa russa de uma maneira equilibrada, ou seja, levando em conta vários fatores como a “responsabilidade” no sentido de querer vincar a Rússia como ator fundamental na promoção da segurança e da estabilidade do sistema internacional. A visão de Putin na PE começou por ser orientado num sentido de ordem mundial multipolar onde, de acordo com as palavras do conceito de segurança nacional: “fortalecer a nossa posição como grande potência e como um dos centros influentes num mundo multipolar” (Freire, 2013).

⁴⁴ <http://en.putin.kremlin.ru/bio/page-5>

⁴⁵ <http://en.putin.kremlin.ru/bio/page-6>

De uma maneira geral, ainda que possam ser evidenciadas algumas diferenças nos objetivos de política externa russa ao longo dos anos⁴⁶ podem da mesma maneira evidenciar-se pontos comuns já que desde a era soviética a política externa sempre se viu como um plano a longo prazo com objetivos definidos (Oldberg, 2010) e assim podem enumerar-se os seguintes de acordo com Wache (2014: 125):

1. A garantia da soberania do país assim como a integridade territorial;
2. Influenciar os processos globais de forma a estabelecer uma ordem mundial justa;
3. Criar relações e condições externa de forma a beneficiar a economia russa;
4. Criar e manter boas relações com “a vizinhança”, ou seja, os países fronteiriços da Rússia;
5. Reconhecer interesses coincidentes com outros atores do sistema internacional no processo de resolução de tarefas que são determinadas pelas prioridades nacionais russas;
6. Defender sempre os interesses e direitos dos cidadãos e compatriotas russos além-fronteiras;
7. Promover a Rússia para o exterior de forma a conseguir transmitir uma percepção positiva da Federação Russa quer pela promoção da língua quer pela promoção da cultura dos povos da Rússia.

É visível que mesmo com Dmitry Medvedev como presidente de maio de 2008 a maio de 2012 a política externa seguiu o mesmo caminho e as mesmas ideologias traçadas anteriormente por Putin no entanto, “Tal como Putin em 2000, o Presidente Medvedev, após a sua ascensão ao poder, lançou um novo Conceito de Política Externa em 2008, uma nova Estratégia de Segurança Nacional em 2009, e uma nova Doutrina da Defesa em 2010. O primeiro conceito, é o mais relevante para a política externa e apresenta prioridades em termos de objetivos e meios” (Oldberg, 2010: 2)

Embora os objetivos gerais da política externa russa não tenham sofrido alteração, ao analisar o Conceito de Política externa de 2016 foi possível confirmar a adição de dois novos pontos pelo presidente da Rússia:

1. Consolidar a posição da Federação Russa como centro de influência no mundo;

⁴⁶ Foreign Policy Concept de 2000, o Foreign Policy Concept de 2008 e o Foreign Policy Concept de 2013

2. Reforço da posição dos meios de comunicação social russos e das ferramentas de comunicação no espaço de informação mundial e transpor a perspetiva russa no processo internacional para uma comunidade internacional mais “aberta”.

5.3. Protagonistas na política Externa durante a “era Putin”

No que toca aos protagonistas de Política Externa na Rússia os que ressaltam na era de Putin são o Presidente da Rússia assim como a sua Administração, ou seja, o limitado número de intervenientes na política externa russa deve-se à grande linha de ação estratégica a seguir como foi possível verifica no subcapítulo anterior.

Assim, após a tomada de posse de Putin e devido ao foco na recuperação do poder institucional e da autoridade do Estado este precisava de um plano político para a recentralização das estruturas do poder assim como um plano económico para ajudar a recuperar os ativos considerados vitais para a economia russa tudo isto de forma a contrariar o Estado em que a Federação Russa ficou na era Yeltsin.

Ao assumir o poder, Putin elegeu para “perto de si”, ou seja, elegeu *“um conjunto de elementos que genericamente partilhavam ou reuniam quatro características básicas - lealdade ao novo líder, um ideal nacionalista promotor da recuperação interna e externa da Rússia, autoridade e competência funcional. Surge assim durante a primeira presidência de Putin um grupo de dirigentes normalmente apelidado de Siloviki, na sua generalidade recrutados nas estruturas securitárias e grande parte deles com origem nos Serviços de Informações, com a responsabilidade de operacionalizar os objetivos presidenciais.”* (Fânzeres, 2014: 64).

Com isto surgiu a perceção de que Putin, antigo membro da KGB montou um aparelho de Estado com um passado ligado aos Serviços de Informação isto já que três em cada quatro funcionários da administração russa fizeram parte do KGB ou de organizações relacionadas com este organismo (Stuermer, 2009: 103). Citando novamente Fânzeres (2014: 64): *“julga-se que aquela opção de Putin e do seu inner circle, para além de garantir a sua sobrevivência política, consistiu na escolha de elementos que desejavelmente possuíssem em simultâneo as quatro características*

anteriormente referidas, constituindo naturalmente o fator lealdade uma condição preferencial.”

Em suma, após 2000, os atores de política externa da federação russa podem ser resumidos efetivamente a dois: O presidente e a sua administração presidencial ainda que seja evidente que as decisões se tomam em torno do líder tendo desta forma Vladimir Putin transformado na figura central no processo de tomada de decisão na política externa. De acordo com Wache (2014: 131), é graças ao processo de concentração e controlo de poder que a política externa russa se tem consolidando e recuperando após a queda da URSS.

Capítulo III – A Crimeia

1. História da Crimeia

A história da Crimeia é bastante antiga tendo sido inclusive a Crimeia um protetorado do Império Romano. Após a ligação ao Império Romano esta “ilha” na costa do norte do Mar Negro foi conquistada por godos e hunos encontrando-se assim sob o controlo dos povos turcos otomanos e búlgaros. Posteriormente, na idade média, pertenceu ao Império Bizantino e ao Caganato Cazar e desde meados do século XV até 1783 pertenceu ao Canato de Horda Dourado tendo assim formado o Canato da Crimeia que seria o então vassalo do Império Otomano.

Desde 1783, a Crimeia fez parte da Rússia, quando o Império Czarista a anexou após derrotar as forças otomanas na Batalha de Kozludzha, até 1954, quando o governo soviético transferiu a Crimeia da Federação Soviética Russa de Repúblicas Socialistas para a República Socialista Soviética da Ucrânia (Mark Kramer). No discurso de Putin aquando de anunciar a anexação da Crimeia a 18 de março de 2014: *“Após a revolução, os bolcheviques, por diversos motivos – que Deus os julgue – agregaram grandes partes do histórico sul da Rússia à República da Ucrânia. Isso foi feito sem nenhuma consideração pela restauração étnica da população e atualmente essas áreas compõem o sudeste da Ucrânia. Em seguida, em 1954, foi tomada a decisão de transferir a região da Crimeia para a Ucrânia, junto com Sebastopol, embora fosse uma cidade federal. Essa foi a iniciativa pessoal do líder do Partido Comunista, Nikita Khrushchev. O que havia por trás da decisão dele – um desejo de ganhar apoio do estabelecimento político ucraniano ou se redimir pelas repressões em massa dos anos 1930 na Ucrânia – fica a cargo dos historiadores descobrir.”*⁴⁷

No entanto, não foram revelados os motivos da transferência da Península da Crimeia, deixando-nos apenas as duas justificativas oficiais publicadas em 1954 de acordo com Kramer; a primeira seria referente a um “nobre ato por parte do povo russo” com o objetivo de celebrar os 300 anos da reunificação da Ucrânia com a Rússia. O

⁴⁷ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/03/leia-integra-do-discurso-em-que-putim-reconhece-crimea.html> acedido a 13/09/2021 ; Discurso traduzido por Claudia Freire.

segundo motivo seria uma consequência natural devido á proximidade da Ucrânia com a Crimeia: “Decreto do Presidium do Soviete Supremo da URSS a transferir a Província da Crimeia da República Russa para a República da Ucrânia, tendo em consideração o caráter integral da economia, proximidade territorial e os estreitos laços económicos entre a Província da Crimeia e a República da Ucrânia, e a aprovação da apresentação conjunta pelo Presidium do Soviete Supremo da República Russa e o Presidium do Soviete Supremo da República da Ucrânia relativamente à transferência da Província da Crimeia da República Russa para a República da Ucrânia” (Pravda, 1954 citado em Calamur, 2014).

Ao longo da História, foram inúmeros os pretendentes deste território como poderão ser observados na análise da guerra da Crimeia e da sua história com mais detalhe.

2. A importância geopolítica da Crimeia

A Crimeia está localizada a Sul da Ucrânia e é uma península banhada pelo Mar Negro a Sul e Oeste tendo ainda a vantagem de ser banhado por Mar Azov a Noroeste e onde está o Estreito de Kerch e sempre foi uma rota de navegação desde o Mar Negro e o Mar Azov.

De forma a compreender a importância geopolítica da Crimeia para a Rússia devemos analisar as questões ressaltadas por Nicholas J. Spykman na sua tese do “Rimland” (1942). Para o autor, a ideia do Rimland ressaltava a importância e o valor geográfico e estratégico das zonas “anfíbias”, ou seja, das zonas que pode funcionar como poder terrestre ou como poder marítimo. Spykman evidenciou nos seus estudos o receio de que a União Soviética procurasse adquirir o domínio da orla marítima que circulava a euroásia pelo Sul desde os confins da Sibéria continuando pelo pacífico até ao atlântico; isto seria a orla marítima conhecida como “Rimland”.

Ao ter o controlo do “Rimland”, a Rússia conseguiria isolar a América dos contactos vitais para a sua sobrevivência nomeadamente o comércio externo e as suas necessidades de matérias-primas e combustíveis (Almeida, 1994). “A conclusão seguinte

tornava-se óbvia: a estratégia americana, tanto a da paz como a da guerra, tinha uma diretriz geográfica definida: o Rimland. Aí, sim, os EUA deveriam intervir de forma permanente” (Almeida, 2012: 206). Ou seja, no caso de a Rússia se expandir em direção ao mar passaria a ter tanto poder marítimo como terrestre conseguindo assim tornar-se numa potência hegemónica (Veríssimo, 2013).

O Rimland demonstra uma faixa geoestratégica muito importante já que possui inúmeros recursos assim como incluiu uma das regiões mais populosas do mundo e permite ainda a contenção da Euroásia (Veríssimo, 2013). Assim, “tratava-se de um enorme rosário de Estados com características híbridas, ao mesmo tempo continentais e marítimas, que sempre tinham desempenhado um papel fundamental na definição histórica da força vitoriosa na luta pelo poder mundial. Isto é, este conjunto de Estados anfíbios, grandes e pequenos, funcionava e funcionária como fiel da balança. Daí a necessidade de intervenção permanente nessa zona” (Almeida, 2012: 206).

Spykman foi mais longe e afirmou que quem controlar o Rimland iria governar a Eurásia já que quem controlasse a Eurásia controlaria os destinos do mundo (Veríssimo, 2013: 83) o que demonstra a importância desta zona- geopolítica e geoestratégica- para a Rússia já que esta se situa no centro da área pivot e do Heartland⁴⁸ que com o Rimland se tornaria uma “civilização de terra e mar” demonstrando assim o seu excecionalismo.

Em suma, é clara a centralidade e importância da Rússia nas decisões geopolíticas devido as suas características únicas. Adicionalmente, atendendo também à localização da Crimeia podemos constatar que é uma forma da Rússia conseguir alcançar poder marítima e “defesa” para com o controlo ocidental já que com o controlo da Crimeia teriam o controlo do mar Negro e teriam maneira de pressionar o Ocidente.

Além disto importa considerar a Rússia como um Estado Epirocra, ou seja, é uma civilização continental (Políbio de Almeida baseado nas obras de Jacques Pirenne “Les Grands Courants de l’Histoire Universelle”).

Para Jacques Pierenna, as epirocacias eram consideradas Estados introvertidos e arrogantes ensimesmadas que se recusam a aculturações segundo o princípio de superioridade. Estes Estados, como a mãe russa, possuem estruturas coesas e exclusivamente nacionais que se caracterizam por um holismo intolerante conduzindo a

⁴⁸ Heartland está localizado na zona territorial que abrange os continentes europeu e asiático e pode também ser denominado de Eurásia ou Ilha Mundial (1904, Sir Halford Mackinder)

um poder centralizado e autocrático. Adicionalmente, os Estados epicratos possuem uma riqueza que advém da terra e onde o seu expansionismo é por conquista e com o objetivo final de incorporação do outro (como foi o caso da Crimeia pelo desejo de expansão aos ‘mares quentes’).⁴⁹

3. Antecedentes da Guerra da Crimeia

Para as Relações Internacionais, o ano de 1815 é visto como um marcante visto que apresenta significados marcantes dentro das mesmas já que as decisões do Congresso de Viena configuram uma nova ordem internacional tendo sido essa transição coincidente com o impulso económico e político dos europeus e tendo ainda por base o Concerto Europeu, regras e condutas serão estendidas ao mundo inteiro.

Para melhor compreender a chegada ao congresso de Viena é necessário entender que quando acabaram as guerras napoleónicas chegaram ao fim (no final da segunda década do século XIX) as grandes potências europeias- Grã-Bretanha, Prússia, Rússia e Áustria- começaram a pensar e a planear um mundo pós-guerra de forma a trazer um equilíbrio de poderes no seio europeu e evitar conflitos no futuro. Assim, estes Estados desenvolveram o denominado Concerto da Europa tendo começado com o Congresso de Viena. O congresso de Viena conseguiu assim dissolver a “mundo napoleónico” e tentou restaurar as monarquias que tinham sido derrubadas por Napoleão. Neste mesmo ano, surgiu a Santa Aliança, “firmado em 26 de setembro de 1815 pelas monarquias absolutistas da Áustria, da Prússia e da Rússia, com base nas doutrinas arcaicas da unidade cristã e do direito divino dos príncipes, pretendia colocar as relações internacionais sob a égide do cristianismo.”⁵⁰

O congresso de Viena foi ainda a primeira ocasião na história em que, a uma escala continental, os representantes nacionais se reuniram para formular tratados ao contrário do que acontecia normalmente que seria trocar mensagens entre capitais.

⁴⁹ Cf. J. Pirenne, *Les Grands Courants de l’Histoire Universelle*, citado em Almeida (1990, pp. 142-143).

⁵⁰ BRUNO HENDLER, DOUGLAS NOVELLI.

Relativamente ao Concerto Europeu⁵¹, oriundo do Congresso de Viena (sob a forma de uma hegemonia coletiva) a organização dos Estados europeus do século XIX, ainda que tenha sofrido posteriormente mudanças e do seu colapso diplomático, serviu como estrutura básica da política internacional europeia até ao início da primeira guerra mundial.

É ainda importante mencionar e definir equilíbrio de poderes como sendo uma teoria dentro das relações internacionais que sugere que a segurança nacional é aprimorada quando a capacidade militar é distribuída de maneira a que nenhum Estado tenha poder suficiente para poder dominar os outros Estados. Aqui, a teoria assume que no caso de um Estado se tornar mais forte este terá tendência a atacar os vizinhos mais fracos o que fará com que os Estados ao se sentirem ameaçados se unam de forma defensiva.

As grandes potências por sua vez são Estado soberanos e com capacidade para exercer o seu poder a uma escala global sendo que estes Estados apresentam características como força militar (*hard power*), económica, diplomática (*soft power*) podendo ainda referir que os restantes Estados (pequenas e médias potências) olham para as grandes potências e tendem a seguir as suas deixas.

Assim, a ordem criada pelo Congresso de Viena foi mantida pelo estadistas⁵² que a conceberam até que por volta do ano de 1850 uma nova geração de estadistas europeus que não tinham qualquer compromisso direto com esta ordem querendo então redistribuir o poder e estabelecer novo equilíbrio isto porque Cavour queria a Itália pesando no concerto, Napoleão III reanimou avocação desafiadora e imperial da França, Bismarck encarnou o nacionalismo alemão, e Nicolau I Czar da Rússia queria a glória da sua nação, enquanto a Inglaterra de Disraeli e Gladstone exerceu vigilância sobre o equilíbrio de poderes no continente.

⁵¹ Também conhecido como Sistema de Congressos ou Sistema de Viena após o Congresso de Viena, um sistema de resolução de disputas adoptado pelas principais potências conservadoras da Europa para manter seu poder, opor-se a movimentos revolucionários, enfraquecer as forças do nacionalismo e manter o equilíbrio de poder.

⁵² Os ingleses Castlereagh, Canning, Aberdeen e Palmerston; os Czares Alexandre I e Nicolau I; o hábil austríaco Metternich; os Hohenzollern, da Prússia; os franceses Richelieu e Villèle, tímidos, e o ousado Chateaubriand.

4. A Guerra da Crimeia (1853 - 1855)

A guerra foi declarada em outubro de 1853 pelo Império Turco Otomano devido a vários fatores, um deles sendo a discordância entre a Rússia e França em relação aos direitos das minorias cristãs que habitavam a Terra Santa, que na altura pertencia ao Império Turco, com a França a apoiar os direitos dos católicos enquanto que a Rússia apoiava os direitos dos ortodoxos. Outro motivo foi a expansão da Rússia em direção ao Império Otomano, que a Grã-Bretanha pretendia preservar pois funcionava como uma distração caso a Rússia opta-se por mover as suas tropas em direção à Índia Britânica ou da Europa Ocidental. Assim, o Reino Unido de Aberdeen e do ministro Lord Palmerson por outro lado viu-se na necessidade de assegurar o equilíbrio de poder no seio da sociedade europeia de Estados, mesmo se fosse necessário usar a sua força militar para tal ser possível.

Em fevereiro de 1853 Nicolau I toma conhecimento da falta de sucesso do seu diplomata Menshikov em conseguir um protetorado sobre todos os cristãos ortodoxos que residiam no império. Em retaliação, o Czar decide ordenar as suas tropas para atravessarem o rio Pruth em direção aos Principados do Danúbio, que na altura era território Otomano, convencido de que os outros poderes europeus e em especial a Áustria, uma vez que a Rússia a teria ajudado em suprimir a Revolução Húngara em 1849, não interferiam na anexação dos principados. A Grã-Bretanha e a França, no entanto enviaram uma frota para Dardanelos.

Apesar do movimento de tropas europeias, os representantes dos quatro grandes poderes europeus neutros (Reino Unido, França, Prússia e Áustria) continuaram a procurar soluções diplomáticas para apaziguar o Império Otomano e a Rússia. A 5 de dezembro de 1853 um tratado é enviado para o Czar Nicolau I e o Sultão Abdulmejid I, mas é rejeitado pelo último pois já que este considerava que as condições do tratado estavam abertas a várias interpretações tornando-o ambíguo. Dias antes, a 23 de novembro e a 30 de novembro, os russos atacam navios otomanos que se encontravam em Sinop acabando por os destruir o que, conseqüentemente, levou a que o Reino Unido e França declarassem guerra no dia 28 de março de 1854. Note-se aqui que esta foi a

oportunidade de a França voltar à cena internacional depois de ter sido afastada devido às conquistas de Napoleão.

Posteriormente, no dia 27 de fevereiro de 1854 o Reino Unido e a França juntamente com o apoio da Áustria⁵³, que estava agora a sentir-se ameaçada com as tropas russas na região dos Balcãs, exigem que a Rússia retire as suas tropas dos principados. Ainda assim, determinados por acabar com a ameaça russa ao Império Otomano, os aliados criam quatro condições para acabar com o conflito: a Rússia deveria desistir do protetorado nos Principados do Danúbio, o rio Danúbio deveria ser aberto ao comércio estrangeiro, a Rússia deveria também desistir do seu direito de interferir nos assuntos do império em nome dos cristãos ortodoxos e colocar fim à decisão da Convenção de Londres sobre os Estreitos sendo que esta deveria ser revista. Esta convenção decretava que apenas navios de guerra otomanos e russos poderiam usar os Estreitos Turcos que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo. Devido à recusa da Rússia em negociar estes pontos, França e Reino Unido decidiram invadir a península da Crimeia num esforço de travar de vez o esforço russo em atacar o Império Otomano. Note-se que aqui estamos perante uma luta de poder sendo que a Rússia de acordo com a ideologia do seu Czar quer ser uma das grandes potências mundiais e trazer glória à Rússia da mesma forma como o Reino Unido não quer perder o seu poder de potência marítima.

Como referido anteriormente, o primeiro confronto militar teve lugar nos Principados do Danúbio entre as forças russas e otomanas. Em resposta aos movimentos militares de ambas as nações, a Áustria mobilizou também as suas tropas para a Transilvânia, temendo agora mais os russos que os turcos e resistindo aos pedidos dos russos de se juntar à guerra, mantendo uma posição neutra.

No ocidente, os russos foram dissuadidos a atacar Vidin devido à presença das forças austríacas e no dia 28 de maio de 1854 foi assinado um protocolo da Conferência de Viena pela Áustria e Rússia. Nicolau I tinha a intenção de criar uma revolução dos cristãos ortodoxos que viviam no império, mas quando as tropas russas chegaram à Moldávia não houve interesse por parte dos ortodoxos de se revoltarem. Para além disso

⁵³ A Áustria acabou por entrar no conflito devido a pressão imposta pela Aliança Anglo-Franco-Sarda, quebrando com isso a sua aliança com a Rússia e pondo-se num isolamento perigoso. A Rússia viu o seu papel de defensora do conservantismo ser comprometido e, como solução, decidiu implementar várias reformas sociais como a abolição da servidão. Apesar de esperar o apoio da Áustria, Nicolau I acreditava que a Rússia era forte o suficiente para conquistar territórios do Império Turco Otomano, caso as outras potências europeias se mantivessem neutras (ANTIC, 2007, p.37).

crescia o medo de que a Áustria se juntasse à guerra como aliada do Império Otomano, o que provou tornar-se verdade depois de tentativas falhadas em encontrar paz entre a Rússia e o Império Otomano. Com a entrada da Áustria na guerra, os russos viram-se obrigados a retirarem-se dos Principados no dia 26 de julho de 1854 após um ultimato austríaco, ficando apenas com algum território em Dobruja. As forças austríacas ficaram então a ocupar os principados como uma força neutra, levando assim a ação da guerra em direção à Península da Crimeia.

A campanha na Crimeia começou em setembro de 1854 com o envio de uma frota aliada para a baía de Eupatória, que foi rapidamente ocupada para servir de ponto de recuo caso necessário. De seguida a frota transportou tropas para o norte de Sebastopol, ancorando no dia 14 de setembro de 1854 e começando assim o ataque à cidade que só veria o seu fim a partir do dia 19 de outubro, dia em que os russos já teriam conseguido transportar reforços para a cidade, assegurando assim uma vitória.

O ataque a Sebastopol pode ser dividido em várias fases, uma delas conhecida como a batalha de Balaclava, que aconteceu no dia 25 de outubro de 1854. Esta batalha foi marcada pelas ações de duas unidades britânicas, uma delas, os 93rd Highlanders, conseguiram defender-se de um ataque da cavalaria russa usando métodos de defesa pouco ortodoxos e a outra unidade, chamada de Light Brigade que devido a erros de comunicação entre comandantes fez um ataque à artilharia russa, morrendo várias tropas britânicas no ataque. No entanto no dia 5 de novembro os russos falharam na sua tentativa de levantar o cerco de Sebastopol.

Com a chegada do inverno de 1854 as operações militares pararam de ambos os lados da guerra, no dia 14 de novembro uma tempestade afunda 30 navios aliados que transportavam mantimentos, e em fevereiro de 1855 os russos decidem atacar uma base aliada em Eupatória apesar de este ataque não ser bem-sucedido. Por fim no dia 2 de março de 1855 o Czar Nicolau I morre de uma pneumonia.

Em junho o cerco de Sebastopol continuava e o Admiral Nakhimov e o Barão Raglan ambos morrem. Dá-se também tréguas temporárias para ambos os lados da guerra poderem enterrar os seus mortos pois o seu número era extremamente elevado. Finalmente no dia 5 de setembro os franceses conseguem capturar o forte Malakoff, obrigando os russos a abandonarem a região de vez.

A Rússia dependia da importação de bens tanto para a sua economia como para manter o seu exército abastecido. Isto provou ser uma grande fraqueza da Rússia quando o Golfo da Finlândia foi bloqueado, fazendo com que a Rússia começasse a depender de rotas terrestres que passavam por território prusso. Em agosto de 1854 e de 1855, múltiplos ataques às ilhas de Aland e a Helsínquia enfraqueceram a força russa no Mar Báltico e a intenção de intensificar os ataques na campanha de 1856 foi uma das razões que convenceu a Rússia a aceitar as negociações de paz com termos menos favoráveis.

Sardenha enviou uma força de 15 mil soldados para apoiarem as forças britânicas e francesas, numa tentativa de ganhar reconhecimento da França, especialmente para quando a união de Itália fosse abordada. O envio das tropas e o seu bom desempenho durante o cerco de Sebastopol e na batalha de Chernaya garantiu a Sardenha um lugar nas negociações de paz, altura em que a união de Itália foi abordada com os outros poderes europeus.

Não podemos esquecer também a Grécia que, no princípio da guerra, aproveitou o ataque da Rússia para conquistar territórios do Império Otomano que tinham grande número de minorias gregas. A Grécia, no entanto, não coordenou os seus ataques com a Rússia e não recebeu nenhum apoio, o Reino Unido e França ocuparam o porto de Piraeus entre abril de 1854 e fevereiro 1857 para travar mais ataques gregos. Grécia acabou por não ser convidada para as negociações de paz e o Rei Otto, o líder grego na altura, foi obrigado a abdicar do seu cargo em 1862.

No dia 21 de janeiro de 1855 ocorreu um protesto contra a guerra em Trafalgar Square e no parlamento o partido dos Tories exigia uma contagem de todos os soldados enviados para a Crimeia. A 30 de janeiro de 1855, quando um projeto de lei para investigar o número de soldados passou com uma diferença de 157 votos, Alberdeen rescindiu do seu cargo como primeiro-ministro e foi substituído por Lord Palmerston, que procurou expandir a guerra e reduzir permanentemente o perigo que a Rússia apresentava ao resto da Europa.

França e Áustria, no entanto, não tinham interesse em continuar a guerra, devido a isso começaram negociações de paz em fevereiro de 1856, e no dia 30 de março do mesmo ano foi assinado o Tratado de Paris com o então sucessor de Nicolau I, Alexandre II ainda numa tentativa deste de evitar ainda mais a deterioração da economia e mais derrotas militares no Mar Negro e Báltico aceitando as condições de paz impostas pelo

tratado de Paris de 1856. Com a assinatura desse tratado, a Rússia devolveu a cidade de Kars ao Império Otomano e a região de Budjak à Moldávia. Em troca o Reino Unido, França, Sardenha e o Império Otomano devolveram à Rússia as cidades e portos Sebastopol, Balaclava, Kamish, Eupatória, Querche, Jenikale, Kinburn e também outros territórios ocupados pelas tropas dos aliados. O Czar Alexandre II e o Sultão acordaram também em não estabelecer qualquer tipo de força militar na costa do Mar Negro e os principados de Valáquia e Moldávia voltaram a pertencer ao Império Otomano. Por fim, o Império Otomano foi admitido no Concerto da Europa, e os grandes poderes prometeram respeitar a sua independência e os seus territórios.

Em suma, a guerra começou em julho de 1853 nos Balcãs devido à ocupação dos Principados do Danúbio, na altura sobre o controlo do Império Turco Otomano, por parte de tropas russas que prosseguiram o seu rumo para além do rio Danúbio. E de acordo com o Diário do Governo (n.º 241, de 13/10/1853, na página 4):”...Vienna, que dava noticias de Constantinopla até 25 do passado, haver a Turquia declarado guerra á Rússia. Cumpre, porém, advertir que os números daquela gazeta de 6 e 7 nada dizem em confirmação de tal”...”.⁵⁴

Atendendo à área geográfica do território otomano no caso russo daria à já considerada *heartland* poder marítimo o que por consequente deixou o Reino Unido preocupado já que estes eram o grande poder marítimo (potencia marítima). Nesta altura, importa ressaltar que a França de Napoleão III procurava recuperar o prestígio imperial que ganhou graças a Napoleão Bonaparte, enquanto que a Rússia de Nicolau I se projetava sobre os Balcãs movida pelo pan-eslavismo e pela intenção de ganhar novo território pertencente a um Império Turco Otomano enfraquecido de forma a atingir o seu fim de se tornar a Rússia numa potencia Mundial.

Assim, a este ponto, os Reinos Unidos, juntamente com o Império Otomano, eram aliados contra a Rússia. A França, que após ser “ostracizada” com Napoleão, com Napoleão III quis voltar a ter protagonismo no plano internacional e desta forma a França juntou-se ao império otomano e ao Reino Unido. Com a entrada da França nesta questão,

54

<https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/fulltextsearch?offset=0&disptime=1&expression=russia&title=&begindate=1853-10-13&enddate=1886-12-31&filter=&orderby=ASC&next=200&nextchar=200> acedido a 03/06/2020

Sardenha também se aliou contra a Rússia de maneira a ajudar- note-se aqui que este era um Estado base com unificação italiana.

Outro Estado com interesses na região era a Áustria e desta forma, embora não tenha participado militarmente na guerra da Crimeia, deu apoio aos Estados já mencionados (Império otomano, França e Reino Unido).

A guerra chegou ao fim com o Tratado de Paris a ser assinado a 23 de março de 1856 como foi noticiada a 9 de abril de 1856 no *Diário do Governo* (n. 83, de 09/04/1856, na página 5): “... *Revista de Negócios Estrangeiros*. «Os plenipotenciários de França, Áustria, Grã-Bretanha, Prússia, Rússia, Sardenha e Turquia, assinaram o tratado que põe termo à guerra; resolvendo a questão...”.⁵⁵

5. A anexação da Crimeia (2014)

A questão ucraniana foi um dos acontecimentos mais importantes, se tivermos em consideração um quadro mais amplo da segurança europeia pós-Guerra Fria, pondo em causa todos os esforços desenvolvidos para estabelecer e manter a paz em toda a Europa durante mais de seis décadas. Este status quo de estabilidade e paz foi posto em causa com vários conflitos que antecederam a “invasão” da Crimeia, primeiro nos Balcãs e depois no Kosovo.

A crise ucraniana evoluiu do nível interno (doméstico) para externo (internacional), passou fronteiras e tem duas dimensões, não excluindo os problemas inerentes à transição incompleta da Ucrânia após a sua independência (1991), como problemas estruturais, nepotismo, corrupção, abuso de poder e violação de direitos humanos, a crise da Crimeia tem um impacto internacional, uma vez que não pode ser dissociado da competição entre a União Europeia e a OTAN (através de políticas de

55

<https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/fulltextsearch?offset=400&disptime=1&expression=russia&title=&begindate=1853-10-13&enddate=1886-12-31&filter=&orderby=ASC&next=200&nextchar=200> acedido a 03/06/2020

alargamento) e a Rússia pelo poder e pela segurança nos seus territórios partilhados no seu “espaço de coutada”.

Para analisar a questão da Crimeia em 2014, precisamos primeiro de interpretar o seu contexto, nomeadamente os fatores que levaram a esta crise, recuando até o ano de 2013, quando a crise ucraniana realmente começou.

Quando analisados no âmbito internacional, os acontecimentos iniciados em Kiev em 2013, que resultaram em protestos em massa como o Euromaidan resultando em muitas mortes, impactos políticos e socioeconômicos, “De 18 a 21 de fevereiro de 2014 ocorreram acontecimentos do Euromaidan; em que o governo ucraniano usou armas contra os manifestantes pacíficos, matando 88 ativistas” (Shveda & Ho, 2016: 88). Os meses de longos protestos civis em massa em resultou não só na revolução do regime e no afastamento do Presidente a em 22 de fevereiro de 2014, mas também numa mudança essencial na posição popular em relação aos maiores vizinhos geopolíticos do país: União Europeia (UE) e Rússia.

O conflito armado nas regiões orientais da Ucrânia (Donbass e Luhansk) com os pró-russos e a fraca resposta europeia fizeram com que a Ucrânia se sentisse sozinha e abandonada e poderia ter levado a que os ucranianos rejeitassem a ideia de adesão à UE.

A crise ucraniana teve o seu início formal em 21 de novembro de 2013, na sequência da decisão do Presidente ucraniano, Viktor Yanukovich, em não assinar o Acordo de Associação com a União Europeia. A Ucrânia além dos problemas internos enfrentava ainda um grande desafio, a divisão na opinião pública sobre qual o modelo de inserção internacional a Ucrânia deveria seguir “. De um lado tinha a antiga aliada Rússia e no outro uma nova oportunidade (Ocidente). A Ucrânia não conseguiu mostrar resistência na Crimeia, nomeadamente uma resposta militar, uma vez que a maioria da população era de origem russa com grandes ligações com a Rússia.

A instabilidade política e social na região legitimou uma intervenção militar russa na Crimeia. A península da Crimeia já tinha instalações russas da Frota do Mar Negro, incluindo a 810ª Brigada Naval de Infantaria Independente, onde, entre as quais, operacionais do KSO foram sendo infiltrados ao abrigo de rotações regulares de tropas. As forças militares locais, que, em qualquer caso, nunca iriam receber ordens de Kiev, eram essencialmente técnicos e mecânicos, e não tropas de combate da linha da frente. A população local, alienada por força de mais de 20 anos de negligência e má administração

por parte de Kiev, estava em grande parte disposta a juntar-se aos mais ricos da Rússia e ansiosa para se tornar agente de uma nova ordem moscovita. A 27 de fevereiro, o KSO e a 810ª Brigada Naval de Infantaria Independente cercaram e tomaram o edifício do Parlamento da Crimeia e começaram a bloquear as bases ucranianas na península. Apesar das suas fardas e modernas armas russas, a falta de insígnias nestes sustentava o discurso de Moscovo garantindo que eles não eram tropas russas. Esta “manobra política” foi o suficiente para criar incerteza nas mentes de Kiev e da NATO. Eram mercenários, vigilantes da Crimeia, ou uma aventura que não havia sido sancionada por um comandante local. Esta deliberada operação militar (*maskirovka*) permitiu dar tempo aos russos e seus aliados locais para assumir posições de comando em toda a Crimeia.

Com a desordem política em Kiev, as forças pró-russas e os cidadãos na Crimeia decidiram agir e organizou-se um referendo em 16 de março de 2014. O conteúdo dos boletins de voto foi muito controverso. A votação ofereceu aos eleitores apenas duas opções:

- Opção 1: Apoio à reunificação da Crimeia com a Rússia com todos os direitos da entidade federal da Federação Russa?
- Opção 2: Apoio à restauração da Constituição da República da Crimeia em 1992 e o estatuto da Crimeia como parte da Ucrânia?

As duas opções de votação foram escritas nas três principais línguas da Crimeia: Russo, Tártaro ucraniano e da Crimeia.

A escolha fez uma regressão da Constituição adotada pela Crimeia de 1998 para a Constituição de 1992, cumprindo o objetivo da Rússia, porque com esta Constituição a Rússia e a Crimeia poderiam desenvolver contactos e acordos estreitos de acordo com o seu Artigo 10.º.

Mesmo que os resultados do referendo sejam amplamente questionados e considerados falsos, os resultados oficiais mostram que 1.274.096 pessoas votaram em diferentes regiões da Crimeia, com 1 233 002 (96,77%) votando na opção 1 e 31 997 (2,51%) pessoas votaram na opção 2.

A Ucrânia considera claramente que estes resultados são ilegais e violam o direito internacional, “O lado ucraniano do argumento é claro: a independência da Crimeia e a

subsequente a anexação pela Rússia foi um caso de conquista, pura e simples, uma violação flagrante das normas internacionais” (Litvinenko 2016: 43).

No dia seguinte ao referendo de 17 de março, o Parlamento da Crimeia declarou oficialmente a independência da península ucraniana. As autoridades pró-russas da Crimeia pretendiam também que a Crimeia fosse admitida como um novo Estado da Federação Russa com o status de república tendo adotado o rublo russo como a moeda oficial da Crimeia e em 30 de março a península mudou para o horário de Moscovo. No dia 18 de março, o Presidente Russo Putin e a os líderes políticos da Crimeia assinaram o “Acordo sobre a incorporação da República da Crimeia no Federação Russa”. Três dias depois, em 21 de março, Putin assinou acordo que previa que a Crimeia fazia parte integrante da Rússia.

É importante mencionar que a Rússia escolhe, ignora e opta pelas normas internacionais da forma mais conveniente, sendo que estas têm sido usadas de forma a levar a cabo os interesses estatais⁵⁶. Note-se aqui a forma como Putin lidou com questões de ingerência de forma diferente apoiando-se nas mesmas leis.⁵⁷

Ao nível de estratégias de política externa, ou a “caixa de ferramentas” como Becker, Kohen, Kushi e MacManus defendem, podemos identificar: ações militares tradicionais⁵⁸ *“É verdade, o presidente da federação russa recebeu permissão da Câmara Alta do Parlamento para fazer uso das Forças Armadas na Ucrânia. No entanto, falando cruamente, ninguém se valeu dessa permissão ainda. As Forças Armadas da Rússia nunca entraram na Crimeia; elas já estavam lá em conformidade com um acordo internacional. É verdade que reforçamos a presença na região; porém – isto é algo que quero que todos escutem e saibam – não excedemos o limite de contingente de nossas Forças Armadas na Crimeia, limitado a 25 mil, porque não houve necessidade de fazê-lo.”*. As forças militares russas apareceram oficialmente pela primeira vez no dia 25 de fevereiro quando a Câmara Municipal de Sebaspol elegeu um cidadão russo como perfeito, Aleksei Chaly. Aqui estavam presentes não só os militares da 810ª brigada independente da Infantaria assim como forças especiais russas nomeadamente as forças do KSO. (Kofman, et al., 2017)

⁵⁶ Note-se que entramos numa ordem jurídica dualista já que as normas internacionais e nacionais se encontram separadas

⁵⁷ Ingerência na Crimeia vs ingerência médio oriente

⁵⁸ Que no caso analisado traduz-se no parlamento russo aprovar o pedido de Putin para o uso de força militar para alcançar os objetivos de Estado, denominado de *hard power*;

Adicionalmente podemos constatar ações militares secretas⁵⁹, estratégias económicas⁶⁰, ignorar e “escolher” normas e leis internacionais: “Primeiro, tínhamos de ajudar a criar condições para que os habitantes da Crimeia, pela primeira vez na história, pudessem expressar pacificamente a sua vontade própria em relação ao próprio futuro. Mas o que escutamos de nossos colegas do oeste da Europa e América do Norte? Eles dizem que estamos violando as normas da legislação internacional. Em primeiro lugar, é bom que eles pelo menos lembrem que existe algo chamado legislação internacional – antes tarde do que nunca.”. Importa mencionar que a nível de estratégias secretas podemos nomear a “Operação Potao” que incluiu um conjunto de ciberataques às estruturas ucranianas conseguindo assim desativar vários websites governamentais ucranianos e bloqueado telemóveis assim como computadores de inúmeros funcionários do governo. Importa mencionar que isto ocorreu antes das forças militares russas entrarem na Península. (Unwala & Ghori, 2015)

Por último, o uso estratégico de normas e do discurso⁶¹ que se subdivide em três de acordo com os autores: discurso nacionalista⁶², discurso Geopolítico⁶³ e o discurso ocidental/liberal⁶⁴.

O discurso geoidentitário foi evidente ao longo da incorporação da Crimeia na Federação Russa em 2014, e de acordo com Ferreira e Terrenas o líder político russo (Putin): “evocava as narrativas de um passado simbólico baseado na memória de uma identidade comum fragmentada com a desintegração soviética, congelada no tempo e recuperada em nome de um novo projeto pós-soviético integrador” (Ferreira e Terrenas, 2016: 43). Citando Putin: “*Colegas, na mente e no coração do povo, a Crimeia sempre foi uma porção inseparável da Rússia. Essa firme convicção se baseia na verdade e na justiça e foi passada de geração em geração, ao longo do tempo, sob quaisquer*

⁵⁹ Caracteriza-se pelo facto de a Rússia ter militares armados na Crimeia, contudo com uniformas sem identificação, De reforçar aqui que esta estratégia previa proteger-se contra o ocidente e de “represálias” já que desta forma a Rússia podia negar o envolvimento e proteger se de possíveis sanções do ocidente;

⁶⁰ Tendo em conta que a Rússia fornece/vende petróleo e gás natural aos países do CIS, eles podem usar estas trocas como forma de manipulação e de levar a cabo os interesses de Estado por vias económicas como aconteceu na Crimeia que em junho de 2014 foi citada uma disputa sobre os pagamentos do gás natural onde a companhia Gazprom cortou o abastecimento de gás natural- novamente revela o uso de hard power;

⁶¹ Uso das normas e do discurso para justificar as ações da Rússia e estabelecer uma narrativa a favor dos seus interesses;

⁶² No caso da Crimeia a justificação primária para a intervenção era a alegada existência de ameaças de segurança contra os russos étnicos e outras pessoas eslávicas;

⁶³ Para justificar as ações militares na Ucrânia visto que esta está rodeada de ideais económicos, políticos e arranjos diplomáticos criados por potências ocidentais;

⁶⁴ Consiste no uso de ideais ocidentais e liberais;

circunstâncias, apesar de todas as drásticas mudanças que nosso país atravessou durante todo o século XX. A Crimeia é uma fusão ímpar de culturas e tradições de diferentes povos. Isso a torna semelhante à Rússia como um todo, onde nenhum grupo étnico foi perdido ao longo dos séculos. Russos e ucranianos, crimeios e tártaros e povos de outros grupos étnicos conviveram na Crimeia, preservando a própria identidade, as tradições, idiomas e crenças. Curiosamente, a atual população total da península da Crimeia é de 2,2 milhões de pessoas, das quais cerca de 1,5 milhão são russos, 350 mil são ucranianos que consideram o russo predominantemente como idioma nativo e cerca de 290 mil a 300 mil são tártaros da Crimeia que, como mostrou o referendo, inclinam-se a favor da Rússia.”⁶⁵. Note-se ainda que este discurso foi usado para com a própria Duma num discurso de Putin: “In people’s hearts and minds, Crimea has always been an inseparable part of Russia. This firm conviction is based on truth and justice and was passed from generation to generation, over time, under any circumstances, despite all the dramatic changes our country went through during the entire 20th century”⁶⁶

Como podemos observar diretamente do discurso de Putin e ainda de acordo com Ferreira e Terranas, a Crimeia é ainda tida como um espaço inalienável de identidade russa num processo “de voltar a casa”. “Para compreender as razões por trás de tal escolha, basta conhecer a história da Crimeia e o que a Rússia e a Crimeia sempre significaram uma para a outra. Tudo na Crimeia fala da nossa história e orgulhos compartilhados. Essa é a região dos antigos Khersones, onde o príncipe Vladimir foi batizado. Seu feito espiritual de adotar a ortodoxia pré-determinou a base geral da cultura, civilização e dos valores humanos que unem os povos da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia. As sepulturas dos soldados russos cuja valentia levou a Crimeia para o império russo também estão na Crimeia. Assim é também Sebastopol – uma cidade lendária com uma história extraordinária, uma fortaleza que serve como ponto da Frota do Mar Negro da Rússia. A Crimeia é Balaklava e Kerch, Malakhov Kurgan e Sapun Ridge. Cada um desses locais nos é querido, símbolos da glória militar e da notável coragem russas.”⁶⁷

Uma das questões que foi reiteradamente repetido ao longo de todo este processo foi o desrespeito e os “maus” tratos pelos quais os cidadãos russos e os falantes de russo estavam

⁶⁵ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/03/leia-integra-do-discurso-em-que-putim-reconhece-crimea.html> acessado a 13/09/2021 ; Discurso traduzido por Claudia Freire

⁶⁶ <http://en.putin.kremlin.ru/bio/page-6>

⁶⁷ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/03/leia-integra-do-discurso-em-que-putim-reconhece-crimea.html> acessado a 13/09/2021 ; Discurso traduzido por Claudia Freire

a passar (propaganda de manipulação de massas): “Acomodamos a Ucrânia não só quanto à Crimeia, mas também quanto à complicada questão da fronteira marítima no Mar de Azov e no Estreito de Kerch. A continuidade de lá para cá foi que boas relações com a Ucrânia eram de extrema relevância para nós e eles não deveriam ficar reféns de disputas territoriais sem saída. No entanto, esperávamos que a Ucrânia permanecesse como nossa boa vizinha, esperávamos que os cidadãos russos e os falantes de russo na Ucrânia, principalmente no Sudeste e na Crimeia, vivessem em um Estado amistoso, democrático e civilizado que protegeria seus direitos de acordo com as normas da legislação internacional. Mas não foi assim que a situação se desdobrou. Foram inúmeras as tentativas de privar os russos de sua memória histórica, até mesmo de seu idioma, e sujeitá-los à assimilação forçada. Além disso, os russos, assim como outros cidadãos da Ucrânia, estão sofrendo com as constantes crises políticas e de Estado que rondam o país por mais de 20 anos.[...] Os que se opuseram ao golpe foram imediatamente ameaçados com repressão. Naturalmente, a primeira da fila era a Crimeia, a Crimeia de falantes de russo. Assim sendo, os habitantes da Crimeia e de Sebastopol recorreram à Rússia para obter ajuda para defenderem seus direitos e a vida, para evitar que os acontecimentos que se desdobravam e ainda estão em andamento em Kiev, Donetsk, Kharkov e outras cidades ucranianas. Naturalmente não poderíamos fazer vista grossa a esse pedido; não poderíamos abandonar a Crimeia e deixar seus habitantes em perigo. Isso seria traição de nossa parte.”, sendo este um dos motivos apresentados para justificar a ingerência russa na Crimeia.

Em suma, podemos descrever esta intervenção russa na Crimeia como os militares russos conseguirem alcançar os objetivos traçados sem a necessidade explícita de recorrer ao uso da força. Assim, ressalta o uso da guerra de propaganda e instrumentos militares eficazes (materializado pelo apoio da população assim como das forças russas contra a presença militar ucraniana na península): “(...) uma manobra essencialmente política em que, quando chegou o momento de usar a força, esta foi fulgurante e inesperada. A ciber guerra e a vigilância informática acompanharam todas as fases do processo, e o ciberataque paralisante marcou o começo do uso da força. [...] A força empenhada foi esmagadora na sua dimensão e surpreendente na forma, muito rápida e decidida, de modo a paralisar qualquer veleidade de resistência na Crimeia, o que se conseguiu (Telo, Borges, & Lemos Pires, 2018, pp. 182,183)”

Após uma análise estratégica da posição da Crimeia podemos justificar a intervenção da Rússia como motivada por interesses nacionalistas mesmo que ao nível do discurso de Putin nunca tenha havido referência a tais motivações.

Devemos debruçar-nos na questão da guerra híbrida devido à questão das ferramentas russas na intervenção na Crimeia (sendo esta discussão e esta terminologia retomada aquando deste conflito).

A guerra híbrida, consiste na combinação de fatores diplomáticos, políticos, de comunicação social e militares (direitos ou indiretos) de forma a chegar a um objetivo⁶⁸ sendo inclusive as estratégias militares russas denominadas de guerra híbrida pelo ocidente: “A Guerra Híbrida abrange um leque de ações hostis onde, no lugar de uma invasão militar clássica de larga escala, um poder atacante procura enfraquecer o seu oponente com recurso a uma variedade de ações que incluem operações de informações subversivas, sabotagem, pirataria informática e o fortalecimento de grupos insurgentes por procuração. Pode também disseminar desinformação (num alvo ou em países terceiros), exercer pressão económica e ameaçar recursos energéticos.”(Nicu Popescu, 2015).⁶⁹

Dentro do ponto da diplomacia energética e mencionado ainda o corte energético por dívidas por parte da Gazprom em 2014, recordando que “a Ucrânia tem um dilema: ou está com a Rússia e recebe gás mais barato ou intensifica as conversações com a UE para a criação de uma zona de comércio livre” (Nykonenko, 2011), é importante contextualizar e o acordo entre a Ucrânia e a Rússia que concedia um alargamento do prazo de aluguer da Base Naval do Mar Negro em troca de um desconto no preço do gás (assinado por Yanukovich em abril de 2010⁷⁰) sendo esta uma estratégia levada ao nível económica levada a cabo pela Rússia, no entanto, “*a decisão de novembro de 2013 do presidente ucraniano Yanukovich, aparentemente sob grande pressão de Putin, de não assinar um acordo de associação com a União Europeia desencadeou gigantescas manifestações e uma intensa crise política dentro da própria Ucrânia*” (Wache, 2015:

⁶⁸<https://foreignpolicy.com/2018/01/18/inside-a-european-center-to-combat-russias-hybrid-warfare/> (26/05/2019 18:00 h)

⁶⁹ Popescu, N. (2015). *Hybrid tactics: neither new nor only Russian*. Paris: European Union Institute for Security Studies

⁷⁰ Com a eleição de Viktor Yanukovich na Ucrânia, sendo este pró-russo, este Estado tornou-se num “Estado tampão” para a Rússia isto porque, com a assinatura do acordo militar que concede a Rússia o privilégio de explorar a base naval em Sebastopol o alargamento da NATO e da UE em direção as fronteiras russas torna-se quase impossível enquanto o acordo estiver em vigor.

69). Podemos assim ainda indicar este acontecimento como um dos precedentes à anexação da Crimeia pela Rússia em 2014.

A base naval de Sebastopol é uma forma de impedir que a esfera de influência ocidental não se desloque; adicionalmente desta forma, a própria Ucrânia mantém a natureza da sua fronteira. Desta forma, e com a anexação da Crimeia, Putin procurou reconciliar as linhas trans-históricas da política externa⁷¹ estando ainda de acordo com s expectativas míticas e sentimentais da população⁷² (Ferreira e Terrenas, 2016).

De modo geral, podemos confirmar que o decisor política russo continua a agir de forma a perseguir os seus interesses de maneiras pouco estudadas (remetendo para a lente escolhida já que esta lente é relativamente recente em comparação com as outras e ainda precisa de ser mais desenvolvida de modo a poder responder de forma mais completa às situações ainda que para eles esta seja a mais adequada).

6. O decisor político na anexação da Crimeia

A experiência de Putin e inclusive a sua posição epistemológica sempre foi voltar a dar a glória/prestígio ao seu Estado (nacionalismo) e isso é extremamente visível na questão da anexação da Crimeia em 2014 sendo que esta anexação veio dar poder marítimo e conseqüentemente poder militar contra o ocidente. Aqui entramos numa questão de braço de ferro da Rússia com o Ocidente e num claro discurso de “nós estamos aqui, e nós somos novamente uma das grandes potências”. Ainda que contrariando a ideia da nova ordem mundial e entrando de novo na questão de um mundo bipolar (com duas superpotências) acabando assim com a hegemonia dos Estados Unidos tao criticada pelos russos: *“Após a dissolução da bipolaridade do planeta, não temos mais estabilidade. As principais instituições internacionais são estão se fortalecendo; pelo contrário, em muitos casos, infelizmente estão degenerando. Nossos parceiros ocidentais, liderados pelos Estados Unidos da América, preferem não ser guiados pela legislação internacional em suas políticas práticas, mas pela lei da pistola. Passaram a acreditar em sua exclusividade e*

⁷¹ *High Politics.*

⁷² *Low politics.*

excepcionalidade, de que podem decidir o destino do mundo, que apenas eles estão certos. Agem como bem lhes apraz: aqui e ali, usam a força contra Estados soberanos, criando coalizões baseando-se no seguinte princípio: “Se você não está conosco, está contra nós”. [...] Hoje é imperativo acabar com essa histeria, refutar a retórica da Guerra Fria e aceitar o fato óbvio: a Rússia é um participante independente e ativo dos assuntos internacionais; assim como outros países, possui seus próprios interesses nacionais que precisam ser levados em consideração e respeitados.”⁷³.

Assim podemos concluir que a decisão política advém de Putin já que a identidade nacional formada ao longo do tempo coincide com as ideias do decisor político (Putin); desta forma, o decisor tem um papel fulcral em todas as decisões políticas do Estado e não é um mero intérprete da população. Desta forma, Putin procurou reconciliar as linhas trans-históricas da política externa russa⁷⁴ com as expectativas míticas e emotivas da população⁷⁵. No entanto, as movimentações estratégicas são também, em certa medida, resultado de questões menos óbvias relacionadas “com o destino manifesto e mais com dificuldades conjunturais” (Ferreira e Terrenas, 2016: 70-71).

Em suma, e seguindo o modelo de análise, podemos afirmar que a agência-Vladimir Putin- através do uso da caixa de instrumentos conseguiu anexar a Crimeia (Ucrânia) o que de um ponto militar e político é crucial para a Rússia se impor de novo como superpotência já que vai dar poder marítimo à Rússia devido a sua localização geográfica e conseqüentemente dar uma abertura marítima para o Ocidente⁷⁶. Não podemos esquecer-nos da importância histórica que este território tem para a Rússia já que no passado era território russo e inclusive a maioria da população neste território tem descendência russa - sendo esta uma das razões dadas por Putin aquando da anexação da Crimeia: proteger os russos. Assim sendo, é importante reforçar a ideia de que Putin esta a conseguir voltar a trazer a glória levando a cabo as suas ideias dando assim o que a população russa tanto ansiava.

Além do mais e ainda de forma a resumir a importância da anexação da Crimeia devemos apontar os seguintes pontos:

⁷³ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/03/leia-integra-do-discurso-em-que-putin-reconhece-crimea.html> acedido a 13/09/2021 ; Discurso traduzido por Claudia Freire

⁷⁴ *high geopolitics.*

⁷⁵ *low geopolitics.*

⁷⁶ Recordar aqui que os russos após a segunda guerra mundial continuam a não ver com bons olhos o ocidente.

1. A profunda história partilhada entre a Rússia e a Crimeia;
2. A localização estratégica;
3. O facto de a Ucrânia (Crimeia) ser um dos principais países de trânsito de gás russo para a Europa⁷⁷;
4. A presença de cidadãos ou falantes russos na Crimeia;
5. Pelo porto de Sebastopol (Base militar Russa);
6. Pelo facto de a Ucrânia ter sido alvo de revoluções coloridas (revoluções em prol dos governos acidentalizados);

Ainda que o decisor política na questão da Crimeia seja considerado Putin importa mencionar que este o fez de acordo e com o apoio do seu *inter circle*, ou seja, dentro da “caixa negra” no tema de análise de política externa, devemos considerar os restantes políticos (especialmente Medvedev), os militares, e a classe alta russa toda estava de acordo com esta intervenção e anexação da Crimeia e além dos acima mencionados nesta questão Putin contava ainda com o apoio da opinião pública.

⁷⁷ 80% do gás russo transportado para a UE é feito através da Ucrânia (gasoduto Druzhba)

Conclusão

Tendo em conta toda a análise e pontos abordados devemos então responder à questão apresentada na introdução: “*Quem foi o decisor político aquando da anexação da Crimeia?*”.

Para isso desde logo é importante mencionar os pontos fulcrais da análise de política externa: quem, como e o quê. Ou seja, de forma a responder à questão inicialmente colocada, é necessário analisar quem tomou a decisão, como foi feito esse processo de tomada de decisão e finalmente qual foi a decisão tomada. No entanto, importa ainda mencionar e reforça a ideia de que a lente utilizada. O Realismo Neoclássico, baseia-se em princípios de correlação entre a conjuntura interna e externa e presta atenção a qualquer fator de distorção que possa influenciar a decisão e a resposta nomeadamente como exemplo as pressões colocadas pela estrutura internacional vigente.

Atendendo ao tema já sabemos que a decisão tomada foi a anexação da Crimeia por parte da Rússia, no entanto ainda fica pendente perceber o processo da tomada de decisão e tudo o que influenciou este processo quer ao nível do que virá a ser considerado o decisor, mas também todo o enquadramento vivido e histórico. Adicionalmente será assim possível explicar a ação da Rússia em termos de Política externa assim como todo o processo adjacente.

Após o fim da guerra fria e com a queda da URSS a Rússia encontrava-se fragilizada e a outrora superpotência enfrentava uma grave crise económica onde o estilo de vida da população russa diminuiu a um nível drástico e estava a enfrentar o que seria uma ordem internacional unipolar com os Estados Unidos como única superpotência indiscutível.

E foi neste enquadramento que Putin, ex-KGB filho de um veterano de guerra e com imagens históricas do que seria a grande URSS tomou o poder em 2000 tornando-se presidente e aos poucos restituir a Rússia ao seu devido e respetivo valor como superpotência. Assim, Putin foi visto como o “salvador da Pátria” e impôs como objetivos de política externa a projeção da Rússia novamente como grande potência, a manutenção de influência sob os Estados da Commonwealth of independent states (CIS) e a

contestação dos aspetos do sistema internacional que este acreditava serem desvantajosos para a Rússia.

A constante pressão sobre a Ucrânia por parte do ocidente assim como a influência e a revolução colorida juntamente com a visão histórica e militar da Crimeia em específico e Sebastopol e a sua localização estratégica conduziu a vontade e objetivo de anexar este território. É ainda importante mencionar que a Crimeia assim como Sebastopol têm uma importância estratégica e militar excepcional para a Rússia desde logo pelo acesso ao Mar negro e como forma de limitar o avanço do ocidente às fronteiras russas e dos países pertencentes ao CIS.

Ainda que esta vontade já se encontrasse dentro de Vladimir Putin devido às suas visões e percurso de vida e influências, este tomou esta decisão em concordância com o seu *inter circle*. Importa refletir que grande parte do *inter circle* de Putin são mentes que partilham os mesmos ideais já que muitos são igualmente ex-KGB. O *inter circle* do Kremlin é assim composto pelo corpo político russo (nomeadamente Medredev), pelos militares e pela classe alta russa (empresários).

Assim, ao quebrar a “caixa negra” da Análise de política externa e ao ir mais longe conseguimos identificar Putin como o decisor político no entanto podemos ir mais além e considerar o papel dos militares que aquando da anexação da Crimeia precisavam de um local para os seus testes militares, o papel dos políticos (neste caso da oligarquia) também eles muito ligados à raiz histórica da Crimeia e das ideologias da URSS assim como o papel dos membros da classe alta russa que viam com bons olhos os benefícios da anexação da Crimeia.

Importante contudo mencionar ainda os recursos usados atempadamente à anexação da Crimeia e Sebastopol já que através dos instrumentos usados desde as ações militares fossem secretas ou tradicionais, estratégias económicas ou pelo uso estratégico de normas e discurso, tudo partiu de Putin e isso sempre foi claro nos seus discursos; todos estes instrumentos levaram à conseqüente anexação da Crimeia que fortaleceu o papel de decisor político de Vladimir assim como reforçou a sua imagem dentro da sociedade russa por questões históricas. Sendo que desta forma, o decisor através nomeadamente dos seus discursos conseguiu que a opinião pública também fizesse parte da tomada de decisão.

Em suma, verificamos assim que embora o decisor político possa ser considerado Putin numa abordagem mais superficial após uma análise mais cuidada e detalhada conseguimos assumir e afirmar que o decisor político tomou a decisão de anexar a Crimeia em conformidade com o seu *inter circle* e o apoio da opinião pública.

Referências Bibliográficas

ADAM, Gabriel Pessin. 2012. *A Rússia como grande potência e a parceria estratégica com a China*. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli, et al. (eds). *O Renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. p. 51-96.

ALLISON, Graham; BLACKWILL, Robert D. 2011. *Russia and U.S. National Interests: Why Should Americans Care?* Washington: Center for the National Interest.

ALMEIDA, Políbio Valente. 1994. *Ensaio de Geopolítica*. Lisboa: ISCSP.

ALMEIDA, Políbio Valente. 2012. *Do Poder do Pequeno Estado (Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências)*. 2ª Edição. Lisboa: ISCSP: UTL.

BOULDING, Kenneth. 1969. *National Images and International Systems*. In: ROSENAU, James. (ed.) *International Politics and Foreign Policy: a reader in research and theory*. New York: Free Press, p. 422-431.

COHEN, Bernard. 1968. *Foreign Policy*. In: SILLS, David (ed.) *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: Macmillan/Free Press, 1968.

EPSTEIN, Reid S. 2014. Rogers: Russia Playing Chess, U.S. Playing Marbles. *Politico.com*. Disponível em <http://www.politico.com/blogs/politico-live/2014/03/rogers-russians-playing-chess-us-playing-marbles-184277.html?hp=f2>.

FÃNZERES, José Manuel Ferreira. 2014. Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa: A Força da Vontade, a Arte do Possível. *Idn cadernos*, nº 14. Lisboa.

FÃNZERES, José Manuel Ferreira. 2015. O Referencial Energético de Gás Natural Euro-Russo e a Anunciada Revolução do Shale Gas. *Idn cadernos*, nº 16. Lisboa.

FERNANDES, Sandra. 2013. *A política externa da nova Rússia: velhos dilemas e novas asserções*. In: Oliveira, Pedro Aires, et al. (eds). *O Fim da URSS A Nova Rússia e a Crise das Esquerdas*. Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 125-141;

FERREIRA, Marcos Farias e Terrenas, João. 2016. Good bye, Lenin! Hello, Putin! O discurso geoidentitário na política externa da nova Rússia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 20. Brasília. p. 43-78.

FREIRE, Maria Raquel. 2011. *A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa*. Coimbra: Almedina.

FREIRE, Maria Raquel. 2013. *O fim da URSS e a nova Rússia: alinhamento de política externa a sua vizinhança próxima*. in: OLIVEIRA, Pedro Aires, et al. (eds). *O Fim da URSS A Nova Rússia e a Crise das Esquerdas*. Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 101-124.

FREIRE, Maria Raquel. 2009. A política externa em transição: o caso da Federação Russa. *Relações Internacionais*. nº 23. p. 75-89.

GOLOSOV G. 2004. *Political Parties in the Regions of Russia: Democracy Unclaimed*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc.

KITCHEN, N. 2010. Systemic pressures and domestic ideas: a neoclassical realist model of grand strategy formation. *Review of international studies*, 36 (1), 117–143.

LEFORT, R. 2008. Passage of power in Russian elections. [Em Linha]. Disponível em <<http://www.france24.com/en/20080303-passage-power-russian-elections-talk-paris>>. [Consultado em 11/08/2021].

LIMA, Bernardo Pires. 2016a. *Putinlandia*. Lisboa: Edições Tinta da China.

LIPMAN, M. 2006. Fear of the West in Russia. [Em Linha]. Disponível em <<http://www.carnegieendowment.org/2006/05/02/fear-of-west-in-russia/1p59>>. [Consultado em 08/08/2021]

LITVINENKO, D. 2016. *The Legal Aspects of Crimea' s Independence Referendum of 2014 With the Subsequent Annexation of the Peninsula by Russia*. Harvard University. Disponível em <https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/33797389/LITVINENKODOCUMENT-2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

MAZAT, Numa; FRANKLIM, Serrano. 2012. *A Geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito*. In:

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli, et al. (eds). *O Renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. p. 9-50.

MORGENTHAU, Hans. 2003. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

MOSES, J.C. 2003. *Dilemmas of Transition in Post-Soviet Countries*. Chicago, Burnham Inc. Publishers.

NATION, Craig. 2012. Reset or Rerun? Sources of Discord in Russian-American Relations, *Communist and Post-Communist Studies*, 45, 379-387.

OLDBERG, Ingmar. 2010. Russia's Great Power Strategy under Putin and Medvedev. *Occasional UIpapers*. Swedish Institute of International Affairs. nº 1.

OSBORN, A., 2005. Putin: collapse of the Soviet Union was 'catastrophe of the century' [online]. *The Independent*, 26 April. Available from: <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/putincollapse-of-the-soviet-union-was-catastrophe-of-the-century-6147493.html> [Accessed 7 June 2014].

PETROVSKIY, Pavel. 2011. "A política externa da nova Rússia" VIII Seminários de Óbidos. Instituto Português de Relações Internacionais e Câmara Municipal de Óbidos. Museu Municipal de Óbidos. Embaixador da Federação Russa em Portugal, 17 de junho.

POPESCU, N. 2015. *Hybrid tactics: neither new nor only Russian*. Paris: European Union Institute for Security Studies.

RÁCZ, A. 2015. *Russia's Hybrid War in Ukraine*. Helsinki: Finnish Institute of International Affairs.

ROSE, G. 1998. Review: neoclassical realism and theories of foreign policy. *World politics*, 51 (1), 144–172

ROSE, G., 1998. *Review: neoclassical realism and theories of foreign policy*. *World politics*, 51 (1), 144–172

ROSENAU, James N. (ed.). 1969. *Linkage Politics: Essays on the Convergence of National and International Systems*. New York: The Free Press, 1969.

ROY ALLISON, Russian 'deniable' intervention in Ukraine: how and why Russia broke the rules, *International Affairs*, 2014

SAKWA, R. 2002. *Concepts in the Social Sciences: Postcommunism*. Buckingham, Open University Press.

SAKWA, R. 2011. *The Crisis of Russian Democracy: The Dual State, Factionalism and the Medvedev Succession*. Edinburgh, Cambridge University Press.

SCHWELLER, R. L. 2004. Unanswered threats: a neoclassical realist theory of under balancing. *International security*, 29 (2), 159–201.

SCHWELLER, R.L., 2004. Unanswered threats: a neoclassical realist theory of underbalancing. *International security*, 29 (2), 159–201

STERLING-FOLKER, J., 1997. Realist environment, liberal process, and domestic-level variables. *International security*, 18 (2), 1–25.

SHVEDA, Y., & HO, J. 2016. Ukraine 's revolution of dignity : The dynamics of Euromaidan. *Journal of Eurasian Studies*, 7(1), 85–91.

STUERMER, M. 2008. *Putin e o Despertar da Rússia*. Lisboa: Editorial Presença.

STUERMER, Michael. 2009. *Putin e o Despertar da Rússia*. Lisboa: Editorial Presença.

TELO, A. J., Borges, J. V., & Lemos Pires, N. 2018. *Dar uma Razão à Força e uma Força à Razão*. Alcochete: Nexo Literário.

TSYGANKOV, A. 2006. *Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity*. Lanham: Rowman&Littlefield.

TSYGANKOV, A. 2006. *Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity*. Lanham, Rowman&Littlefield.

UNWALA, A., & GHORI, S. 2015. Brandishing the Cybered Bear: Information War and the Russia-Ukraine Conflict. *Military Cyber Affairs*, pp. 1-11.

VERÍSSIMO, Gilberto. 2013. *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Ler Devagar.

WACHE, Paulo M. 2014. *Política externa da Rússia*. in: WACHE, Paulo M, et al (eds). *As Potências Emergentes na Construção da Multipolaridade Inclusiva: Uma abordagem comparativa das Políticas Externas dos BRICS*. Maputo. ISRI. p. 119-172.

WALTZ, Kenneth. 2004. *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ANEXOS

(Disponíveis em suporte digital, no CD-ROM)